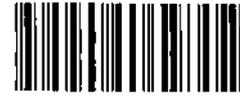


UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



1290000245



FE

TCC/UNICAMP OL4a

**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DUAS ONGs DE CAMPINAS:
PROJETO DE APOIO À CRIANÇAS DE 7 – 14 ANOS**

CAMPINAS

1999

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DUAS ONGs DE CAMPINAS:
PROJETO DE APOIO À CRIANÇAS DE 7 – 14 ANOS**

Profa. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn

Aluna: Valéria Penha de Oliveira RA 951650

CAMPINAS

1999

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para aprovação no Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação – UNICAMP, para a Habilitação em Administração Escolar, sob orientação da Profa. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn

**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

OL4a

Oliveira, Valéria Penha.

Análise comparativa entre duas ONGS de
Campinas : projeto de apoio à criança de 7 -14 anos /
Valéria Penha Oliveira. -- Campinas, SP : [s. n.], 1999.

Orientador : Maria da Glória Marcondes Gohn.

Trabalho de conclusão de curso - Universidade Estadual
de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Organizações não governamentais. 2. *Terceiro
setor. 3. Movimentos sociais. 4. Bem - estar social. 5.
Educação não - formal. I. Gohn, Maria da Glória Marcondes.
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

Profa. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn

Orientadora

Profa. Dra. Lise Roy

2ª Leitora

A todo aquele corajoso sonhador que encontra no duro cotidiano de seu trabalho social a força para continuar mais um dia, mais outro dia, e de sonhador passa a realizador de uma grande obra.

A realização deste trabalho não seria possível sem a ajuda de meus pais, minha irmã Joana e meu querido Cláudio, que muito fizeram para que eu pudesse realizar as leituras, visitas e elaboração do texto. Ofereço esta pesquisa à “baiana arretada”, Dona Ilza, e aos colaboradores do Centro Comunitário Parque Itajaí; às minhas colegas, que se tornaram amigas ao longo dos quatro anos; a todos vocês, o meu beijo fraterno e a minha antecipada saudade. E é claro, não posso deixar de agradecer a Profa. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn, minha orientadora e cúmplice pelo o que de qualidade houver neste trabalho.

Por fim, mas em primeiríssimo lugar, agradeço à Deus, que me ofertou a vida e os demais dons para estudar e trabalhar.

*“ Se em certa altura
Tivesse voltado para a esquerda em vez de para a
direita;
Se em certo momento
Tivesse dito sim em vez de não, ou não em vez de sim;
Se em certa conversa
Tivesse tido as frases que só agora; no meio-sono
elaboro;
Se tudo tivesse sido assim
Seria outro hoje, e talvez o universo inteiro
Seria insensivelmente levado a ser outro também ”*

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

Primeira Parte

Apresentação	1
Quadro Referencial Teórico	3
Procedimentos	6
Movimentos Sociais no Brasil	
Os “movimentados” anos 70 e a passagem para a “década perdida”	8
O Bem-Estar Social na política neoliberal: a década de 90	13
As Organizações Não-Governamentais	17
Caracterização e tipos	19
A cidadania como valor	22
O caráter educativo	24
A cooperação internacional	28
Unindo forças	29
O Chamado Terceiro Setor	31
Pensando em sua legislação	34
Desafios futuros	37

Segunda Parte

A pesquisa	41
O bairro	44
Centro Comunitário da Criança do Parque Itajaí I e Região	46
Casa Maria de Nazaré – Unidade Casa dos Anjos	63
Relação das ONGs com outras Entidades	73
A Fundação FEAC	77
Considerações Finais	81
Bibliografia	89
Anexos	94

APRESENTAÇÃO

Durante um ano e dois meses, mais exatamente de abril/96 a junho/97 tive a feliz oportunidade de poder atuar como Coordenadora em uma ONG que prestava atendimento a meninos de 7 a 14 anos.

Naquele momento estava cursando o terceiro, dos nove semestres da Graduação em Pedagogia. O grande trunfo para minha admissão na coordenação do trabalho administrativo e pedagógico da ONG foi, sem dúvida, o nome UNICAMP, devidamente acrescido do *status* de católica.

Bem verdade tudo era novo e aterrorizante, o dia a dia era embalado rapidamente por pequenos e grandes problemas, da resolução do cardápio à reunião de pais, das estrepolias no banheiro ao projeto dos monitores, tudo isto, e tantas outras tarefas pediam a minha atenção e decisão, na maioria das vezes imediata.

A constante correria em apresentar projetos para uma ou outra agência/ órgão financiador, tentando captar recursos também era tarefa árdua nas minhas obrigações.

Quão difícil foi enfrentar a problemática de funcionamento daquela organização: o embate ideológico entre construir um atendimento com vias à transformação ou apenas atender às primeiras necessidades dos usuários (alimentação, segurança, vestuário); a falta de recursos financeiros para a contratação de profissionais mais habilitados ao trabalho, a falta de espaço, etc. No total de faltas a que mais importava, era a falta de uma proposta de trabalho séria e precisa.

Agora, chegando ao Trabalho de Conclusão de Curso, oitavo semestre da graduação, foi fácil definir por investigar a ação sócio-educativa das ONGS. **Serão as ONGS uma formulação assistencialista, formada dentro de uma simbiose entre setor público e privado ? Será que as ONGS vêm tão somente responder a um processo de refilantropização, oportunizado pelos interesses da política neoliberal ?**

Para responder a estas indagações e atingir nossos objetivos, de analisar o caráter sócio-educativo, escolhemos duas ONGs situadas no município de Campinas : o Centro Comunitário da Criança do Parque Itajai I e Região e a Casa Maria de Nazaré -- Unidade Casa dos Anjos.

O trabalho se divide em duas partes. Na primeira buscaremos construir um quadro teórico que possibilite entender e analisar nosso objeto de estudo. No segundo apresentaremos nossa pesquisa de campo propriamente dita.

Este trabalho foi realizado como exigência para conclusão do curso de Pedagogia. Dado o curto espaço de tempo e as dificuldades que tivemos, tanto em termos de acesso aos dados, como as de ordem pessoal (compatibilizar estudo noturno e trabalho em tempo integral até março de 1999, em área totalmente distinta do objeto de estudo) o trabalho apresenta limitações .

Conscientes destas limitações, consideramos o presente trabalho como um primeiro esforço de apreensão e consideração do universo das Organizações Não Governamentais.

QUADRO REFERENCIAL TEÓRICO

Para realizar o trabalho de coleta e análise dos dados, buscamos fundamentos em vários autores, cujas obras e pesquisas estão dentro do universo das Organizações Não Governamentais. Seja questionando o viés da socialização, as intervenções sócio-educativas, as políticas e tantos outros aspectos destas organizações, seja defendendo a presença e atuação destas na sociedade, é fator comum na elaboração teórica da maioria dos autores aqui retratados (Gohn, 1992; Fernandes, 1988; Campos, 1988; Delleuze, 1992; ...) a preocupação em melhor julgar estas Organizações no conjunto Bem-Estar Social.

A linha que separa filantropia de “pilantropia”¹ pode ser bem tênue. O mau uso dos recursos que provêm da sociedade civil, do setor privado e do setor público, a farsa em buscar/obter verbas para projetos que não saem do papel, o clientelismo e tantas outras situações possíveis são provas da “pilantropia” que podem ser recolhidas, sem muitas dificuldades entre as milhares de Organizações Não Governamentais.

Conforme Delleuze, a área da filantropia: “... nem se confunde com o setor público ou com o privado, produzindo ele mesmo uma repartição, um entrelaçamento original entre as intervenções do Estado e seus recuos, entre seus encargos e desencargos”.² Concordarmos com o autor, e podemos nos sentir reiterados pela fala de Maria Malta Campos quando a mesma nos alerta para o difícil julgamento das ONGs como um possível ‘braço assistencialista ou clientelista’³ do Estado. Esta dificuldade se deve principalmente a expansão destas organizações, que trabalhando sob projetos sócio educativos de diversos traços, mantendo vínculos e parcerias com partidos políticos, igrejas, sindicatos, etc., acabaram por formular novas propostas de atuação na área do Bem Estar Social, mantendo-se com uma dose significativa de independência.

O aumento no número de ONGs e a diversificação de atendimentos aciona ainda mais a necessidade da pesquisa. Lembramos o ditado popular: “Há que se confiar desconfiando”, e

¹ Trocadilho da palavra filantropia, de autoria desconhecida, frequentemente repctido para designar àquelas organizações que agem contraditoriamente a algum dos princípios básicos das ONGs, principalmente em sua proposta de não obter lucros participativos e trabalhar para o bem comum.

² DELLEUZE, B. . A filantropia na educação. *Revista Educação & Sociedade*. nº 42, 1992.

³ CAMPOS, Maria M. Malta. As organizações não governamentais e a educação pré-escolar. *Cadernos de Pesquisa*, nº 67, p. 17-22, Nov/98

a forma acadêmica de desconfiar acontece na pesquisa e análise do objeto, à luz das teorias, à luz dos dados. Repetindo Campos “... na realidade, existe uma enorme diversidade entre a filosofia de ação e a prática das entidades que mantêm convênios...” (Op. Cit. 17-22).

O principal instrumento das ONGs neste processo de inovação institucional, e que será um documento avaliado em nossa pesquisa, é o “projeto”. De acordo com Fernandes “... financiamentos se faziam por projetos e conseqüentemente pesquisadores e ativistas sociais tiveram de aprender a definir a sua atuação em termos compatíveis com um cronograma, em que fins e meios guardassem uma relação de coerência” (1994; 67).

Outra discussão que enfocaremos na problemática das ONGs, é relativa a construção de cidadania das crianças e adolescentes que utilizam o serviço. Nestes termos vamos nos ater ao trabalho de Gohn e ao princípio de cidadania coletiva onde a educação ocupa lugar central: “... ela se constrói no processo de luta que é, em si só, um movimento educativo. (...) A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram” (Gohn, 1992: 16-17).

Diretamente relacionada nesta construção de cidadania, dentro do caráter educativo das ONGs, não podemos deixar de falar da concepção de educação não-formal. Gohn (1992; 1997; 1999), e Afonso (1992) serão nossos maiores referenciais. Para Olga Von Simson, que ministrou nosso curso de “Educação Não-Formal” a educação não-formal “... ‘também chamada de escola paralela’ se caracteriza por poder escolher ‘seus conteúdos, métodos e objetivos, livre dos constrangimentos das instruções oficiais, se dirigir a um público não cativo e por não participar do jogo de atestados sociais que os diplomas estabelecem’ ”.⁴

Pano de fundo de todo este universo está um setor em efervescência, que parece crescer a cada dia em número e em qualidade: o Terceiro Setor. Não só no Brasil, mas no mundo todo o “Terceiro Setor”, aparece como uma nova forma de contrato social que envolve parcerias entre o público estatal com o não-governamental (Gohn, 1999, p.73)

A idéia de um Terceiro Setor, pode ser associada às idéias da Terceira Via. Para o pensador da Terceira Via, o sociólogo Giddens ⁵, falar sobre o Terceira Via é falar em

⁴ SIMSON, Olga R. M. *O menor, a educação não escolar e a cultura popular: experiências recentes no Estado de São Paulo*, p.3.

⁵ Anthony Giddens, 61, dirige a London School of Economics, é um dos mais importantes

globalização, risco, tradição, família, são os fenômenos sociais, políticos e econômicos. “Acho que as pessoas ainda não entenderam que o significado da Terceira Via vai além de ser um caminho alternativo entre a tradicional social democracia e o neoliberalismo. Trata-se na verdade de dar uma resposta a todas essas mudanças ” (Jornal Folha de São Paulo, Caderno 5, p. 6, 23/05/99).

Mais uma vez parece que política, sociedade e economia andam de braços dados.

PROCEDIMENTOS

Na perspectiva de melhor entender e julgar a ação das ONGs, o presente trabalho é um estudo comparativo onde se buscará analisar as semelhanças e as diferenças entre os projetos sócio-educativos de duas ONGs, e por estes aspectos a validade da ação sócio-educativa destas organizações para a clientela usuária. E neste descobrir, tencionamos contribuir com pistas para o futuro destas organizações.

Os motivos e/ou suposições que levaram a esta escolha metodológica são:

- proximidade física - as duas ONGs estão situadas no Parque Itajai – região noroeste da cidade de Campinas - , separadas por quatro quadras e atendendo clientela do Parque Itajai I, II, Liza, Liliza e Floresta ;
- área de atendimento - o trabalho configurado é o “regime de núcleo” para mesma clientela; crianças e adolescentes dos 7 a 14 anos;
- pontos contudentes de divergência entre as ONGs - origem, perfil de atendimento, quadro funcional.

É de Maria da Glória Gohn, pesquisadora de movimentos sociais, e orientadora deste trabalho, a expressão abaixo:

“Realizar estudos e pesquisas históricas e utilizar a metodologia da análise comparativa têm sido caminhos que estamos procurando seguir: análises comparativas diferentes das realizadas nos anos 60, sob o signo das teorias funcionalistas. Agora temos de comparar cenários, o desempenho dos atores, demarcar as diferenças e especificidades, captar as tendências e as perspectivas de desenvolvimento dos fenômenos (...). A diferença é extremamente significativa; e ela poderá nos indicar o novo, a tensão, o sentido e a direção da mudança.”⁶

Sendo assim, as parcerias firmadas, a infraestrutura, os recursos, os profissionais envolvidos, a configuração da comunidade e do bairro, e de modo especial a fala da clientela (família e criança usuária) é o que pretendemos utilizar para cumprir tal análise, além , é claro,

⁶ GOHN, Maria G. M. *Os sem-terra, ONGs e cidadania : a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo : Cortez, p. 45. 1997.

de arcabouço teórico pertinente ao objeto de pesquisa, que estará orientando a análise do material colhido: textos (in)formativos, projetos, históricos, relatos, diário de campo das observações participativas, questionários e entrevistas com os profissionais.

As Organizações Não Governamentais (ONGs), ou como querem alguns, OSCs, Organizações da Sociedade Civil são as protagonistas por excelência deste estudo.

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Gohn assim simplifica o processo de manifestação social no Brasil, “ Os anos 60 foram de sonhos e utopias, em torno de propostas de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. Os anos 70 foram de lutas e resistências coletivas em busca do resgate de direitos da cidadania cassada e contra o autoritarismo vigente. Os anos 80 foram de negociações, alianças, pactos; construção de estratégias num longo processo de transição que esperávamos fosse na direção das idéias dos anos 70 (...) Doce ilusão . O que temos pela frente nos anos 90 ? Nada animador” (1992, p. 53-54).

Não podemos nos esquecer que, se em 1985, o governo Sarney adota como *slogan* “*Tudo pelo social*”, em 1989, o presidente eleito pelo povo, Fernando Collor de Mello usa a expressão-chave “ Gostar é ruim ”. Quanto ao Programa “Comunidade Solidária”, carro-chefe da política social do governo Fernando Henrique Cardoso, Germano pondera que a *focalização da assistência* ao pobre chega como uma contraposição à universalização do sistema de proteção social e o repasse de recursos às diversas organizações é uma *privatização*, transferindo a responsabilidade do Estado para as ONGs. Trata-se, por conseguinte, de reeditar de forma moderna o antigo assistencialismo aos pobres. Bem na verdade não se quer equalizar nada, o intuito é tapar o buraco das diferenças entre pobre e rico, desenvolvendo ações paliativas, negando a cidadania das populações pobres (1995, p. 588).

Os “movimentados” anos 70 e a passagem para a “década perdida”

Nos movimentos populares da década de 70 houve todo um trabalho de grupos sociais formados por operários, intelectuais, de esquerda, inclusive religiosos, que não se deram por vencidos pelos acontecimentos pós-64⁷, “ ...esses grupos defendiam a noção do homem como ‘ser total’, de tal forma que a idéia tradicional da centralidade do espaço fabril, sindical ou partidário como lugares exclusivos da formação da ‘consciência de classe’ ou da estruturação

⁷ De acordo com Telles, (Sherrer-Warren, 1993, p. 254-55) os personagens que suscitaram os anos 70 trazem as marcas dos acontecimentos de 1964 a 1968, pós golpe de estado. Os movimentos populares buscam romper com as práticas reificadoras da política populista. Acredita-se no homem enquanto coletividade superando inclusive a

de uma ação dotada de sentido histórico era questionada ou, pelo menos, redimensionada numa perspectiva que conferia sentido político à ‘nucleação’ operária em seus locais de moradia” (Op. Cit, p. 265), bem como nos “grupos de reflexão” das comunidades religiosas.

Não é novidade a importância da Igreja Católica, com suas comunidades eclesiais de base (CEBs) na articulação dos movimentos populares que surgiram no início dos anos 70. A bandeira pelos direitos sociais levantada pela Teologia da Libertação foi responsável pela articulação de várias questões sociais, mas não foi hasteada em todas as paróquias e comunidades. Os clérigos mais tradicionais resistiam ao debate e iniciativas que escapassem àquelas predispostas em sua formação de orientar e encaminhar o fiel para a salvação divina.

Cumpre salientar que :

“ Reações na Igreja e a aparição de outros processos, feitos mais visíveis pela abertura democrática, deixaram claro que as CEBs não seriam mais do que uma alternativa entre outras (...) as análises marxistas entraram em colapso e outros movimentos de renovação religiosa, menos intelectualizados, tomaram a dianteira (...) A idéia de ‘um povo’ integrado como um sujeito coletivo soberano foi sensivelmente enfraquecida. No entanto, as Comunidades Eclesiais de Base não desapareceram. Fala-se de seu declínio, mas se esquece de que a sua história continua” (Fernandes, 1994, p. 42)

No cenário urbano outra sigla deve ser lembrada, as SABs. Conforme Gohn as Sociedades de Amigos de Bairro, refletem, em escala reduzida a história política do país. Possuindo a grosso modo quatro fases de desenvolvimento⁸. O período que mais nos interessa falar corresponde a segunda fase, de 1964 a 1974, é a fase assistencialista e de resistência. Muito embora tenham funcionado como mecanismos de controle e vigilância, já que foi comum a presença de militares em cargos de diretoria das SABs, ainda assim podem ser consideradas de resistência por haverem sobrevivido como um dos raros canais de acesso à população (Gohn, 1992, p. 24).

repressão, repressão essa que chegou a termos de vigilância, controle e perseguição política, nos anos que se seguiram a 1968.

É importante assinalar que as SABs não tinham um bom ‘relacionamento’ com as CEBs. As SABs mais politizadas sequer participavam de atividades que tivessem cunho religioso, particularmente se estas estivessem ligadas à Igreja Católica e por conseguinte à Teologia da Libertação. Maria da Glória vê na atuação das SABs uma reprodução da lógica capitalista, à medida que não se objetiva nada além da aquisição de bens de consumo (Op. Cit. p. 29).

As práticas de resistência dos movimentos populares, enfatizadas nesse período não são simples estratégias de sobrevivência política, esses grupos desenvolviam, dentre outras ações, atividades de denúncia e apoio no caso dos militantes presos, protestos públicos, missas e celebrações religiosas articuladas com a luta, arrecadação de fundos para o movimento, compras comunitárias em apoio aos grupos mais pobres e/ou companheiros desempregados, “grupo de reflexão operária”, etc. “Isso fazia com que muita gente comesse a pensar por que um cara, por exemplo, que tinha seis filhos vivia num casebre, um lutador, por que este cara estava sendo preso e espancado”⁹.

A efervescência do momento deve ser relacionada a diversidade de atores que dela participaram : militantes sindicais do período pré-64 que criticavam o sindicalismo populista; operários católicos vinculados à Ação Católica Operária (ACO) e à Juventude Operária Católica (JOC); agentes pastorais; operários que participaram da greve de 1968; militantes de organizações esquerdistas clandestinas; trabalhadores que passaram a reivindicar melhorias em seus bairros, etc. (Telles in Scherer-Warren, p.252-53).

Num debate intelectual da época, os movimentos populares já eram percebidos como uma representação rica e particular, evidenciando a constituição de “novos atores sociais e políticos”.

Como apontado por Vera Telles, “... num tempo que trazia as marcas da violência política, do arbítrio, do controle sobre sindicatos, instituições e associações de classe, esses movimentos apareceram como agentes de uma transformação sentida como necessária. Suas formas de organização e práticas associativas, a natureza dos direitos reivindicados e seus

⁸ A primeira fase seria a reivindicativa e atuante (década de 30 a 1964), a terceira fase vai de 1974 a 1982 acontece o resgate de sua função política a nível local. Já a quarta e última fase, inicia-se com a recuperação do seu papel de intermediadora nas políticas denominadas participativas e comunitárias (p. 24-5)

⁹ Depoimento colhido por Telles, transcrito de obra já citada, página 260

mecanismos de mobilização surgiram como características dotadas de sentido político” (Op. Cit., p. 258).

Vários movimentos populares se dispersaram, ainda na década de 70, emergindo um fenômeno novo que ganhou, inclusive, uma nova expressão: “ Diziam-se ‘movimentos sociais’ dando sinal da sua natureza múltipla. Falta d’água, de esgotos, de luz, de segurança, a ocupação de terras ou de terrenos, poluição excessiva, (...) e uma variedade de outros assuntos formavam a agenda dos diversos movimentos”. (Fernandes, 1994, p.43). Desde o início tais movimentos evitavam relações com o Estado e setor privado, querendo principalmente assegurar sua autonomia. No plano dos direitos, passaram a prestar serviços além dos necessários para a sobrevivência cotidiana, se referiam agora a uma outra ordem de demanda, relacionada aos direitos modernos de igualdade e liberdade no plano social, político e econômico (Gohn, 1997, p. 27) .

Nestas circunstâncias, o apoio internacional foi decisivo à sobrevivência das ações comunitárias e aos movimentos de promoção social no Brasil. E, mais do que o dinheiro, vários conceitos e a própria forma institucional foram repassados pelos ‘cooperadores internacionais’. Já que as agências necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de formular projetos, executá-los e prestar contas, fez-se necessário transmitir e contatar um pacto social entre ambos.

Mas o grande número de movimentos sociais da década de 70 não conseguiram passar ilesos pelos anos 80, muitos se extinguíram por falta de recursos financeiros e humanos, por terem se esvaziado de seus objetivos e ideologias de ação ou por terem conquistado espaços públicos.

Neste último caso, das frentes que foram assumidas pelo poder estatal podemos destacar a luta pela creche, como ótimo exemplo de um movimento que foi legitimado pela ordem pública, conseguindo mobilizar e demarcar com leis os direitos reivindicados, deixando de existir enquanto movimento social. Não nos cabe aqui discutir sobre a validade das ações e órgãos constituídos pelo Estado naquele momento histórico, vale lembrar que algumas frentes se enfraqueceram ao atingir o poder público. (Gohn, reunião do GEMDEC, Abril/99).

A sociedade brasileira na década de 80 tem, pelo menos, duas crises à administrar: a crise das estruturas de poder do Estado e a demanda expressa pelos movimentos sociais. Na “década perdida” como comumente é chamada, é inegável o fato de que nosso país experimentou uma considerável perda em qualidade de vida: devastação ecológica, tráfico de drogas, corrupção, séria instabilidade econômica, aumento dos índices de criminalidade, desemprego, sem terra e sem teto, assassinatos de crianças e adolescentes, líderes rurais, etc (Fernandes, 1994; Gohn, 1992).

Em contrapartida, Gohn entende que mesmo com a imagem acima não devemos considerar tal período como perda total. Houve ganhos no plano sócio-político, principalmente num amadurecimento dos movimentos sociais. A autora assim o esclarece: “A sociedade como um todo aprendeu a se organizar e a reivindicar (...) a ‘onda’ da participação gerou muitos frutos. Eles não foram tantos de ordem material, no sentido de conquistas imediatas. Mas foram no sentido de instaurar uma nova racionalidade no social: a de que o povo, os cidadãos, os moradores, as pessoas, ou qualquer outra noção ou categoria que se empregue, têm o direito de participar das questões que lhe dizem respeito. Este é o grande saldo dos anos 80, particularmente em termos de Brasil ” (Gohn, 1992, p. 58; 98). Ora, este pode ser considerado um salto para a cidadania, pois aconteceu o encontro e por conseguinte a valorização da voz do cidadão.

“É esse legado dos anos passados que nos abre a possibilidade – ao mesmo tempo uma exigência – de identificar, registrar e elaborar os ‘signos do povo’ que podem se enunciar em práticas diversas, estruturadas em espaços distintos por onde se faz a *experiência da sociedade e da política*” (Telles in Sherer-Warren, p. 281).

O Bem Estar Social na política neoliberal: a década de 90

A demanda por bens e serviços públicos cresceu geometricamente, e isto não é um fenômeno de final de século, ou do nosso país. A luta por transporte, espaço para moradia, saúde, alimentação, educação, dentre outras instâncias, passou a ser lugar comum numa sociedade que nunca se mostrou igualitária. A população urbana é a que mais tem sofrido, continuamente apresentando aumento populacional desenfreado, sem tempo a planejamento.

A crise social brasileira não é caso isolado, e sim parte do contexto da nova ordem mundial. A política de Bem-Estar Social passou a não ser problema exclusivo dos poderes do Estado, cuja tendência é de afastamento desta frente.

Este posicionamento de afastamento, que beira ao abandono das ações sociais é razão da política econômica neoliberal. Como esclarece o sociólogo Bava “Desde 1989, há por parte do Estado, o desmonte das políticas sociais. Uma política que leva à pauperização geral da população. Uma ação do governo que desqualifica os movimentos sociais ...”¹⁰. Em artigo sobre creches e pré-escolas Filgueiras expressa o mesmo pensamento: “No campo de políticas sociais vimos desfilas as propostas de políticas participativas, de descentralização e, finalmente, do Estado mínimo, isto é, da focalização e da política residual. Os movimentos reivindicatórios (...) estariam, portanto, em sentido oposto ao neoliberalismo e ao desmonte social que, em seu limite, se contrapõem à expansão das ações públicas ...” (1995, p. 509).

A ação do Estado é antagônica à das ONGs, pior, é que a promoção do terceiro setor legitima esta “saída” do Estado, conforme Gohn “instaura e legitima a exclusão como uma forma de integração” (1997, p.35)

As necessidades imediatas da população levaram, pouco a pouco, a sociedade civil a analisar o que restava das ações do Estado e a propor meios de solucionar ou minimizar a inegável crise social.

Convém citar alguns dados da conjuntura nacional :

¹⁰ BAVA, Sílvio Caccia. As ONGs e as políticas públicas na construção do Estado Democrático. *Tecnologia Educacional*, v.23, p. 10-13, set./out. 1995.

- em 1997, a força de trabalho brasileira, ou PEA - População Economicamente Ativa ¹¹ era composta por 75,2 milhões de pessoas. A taxa de desocupação aumentou em 0,8 % em 1997 (em 1996 a taxa era de 7,0 %);
- em 1998, o país foi classificado como o quarto do mundo em desemprego (dados da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp). Somente nos quatro primeiros anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o desemprego subiu em 38%, segundo dados do Dieese-Seade (jan/99);

Os países em desenvolvimento – a exemplo do Brasil – apresentam ao lado dos processos de modernização, a desmodernização política, ou seja, a incapacidade do Estado em gerenciar satisfatoriamente os serviços públicos indispensáveis; a exclusão econômica, a pobreza e o aumento da desigualdade social, a desordem urbana e a violência organizada. (Telles in Sherer-Warren, 1996, p. 113).

Poderíamos mostrar dados de outros institutos, mas bem mais contundentes são as manchetes da mídia escrita e falada que, infelizmente, comprovam a situação de miserabilidade, violência crescente, descaso com a saúde e a educação pública, sobrecarga de impostos sobre o assalariado (vide Caderno de Negócios, jornal Folha de São Paulo de 17/06/98), incompetência e transações escusas no gerenciamento dos recursos públicos, e tudo o mais que comprova uma má distribuição de renda, bem como uma concentração desta renda em mãos de poucos. Pesquisa realizada na Unicamp, em 1997, aponta que os 10% mais pobres ganham hoje menos do que em 1996, enquanto os 10% mais ricos aumentaram seus rendimentos. De acordo com IBGE, pesquisa de 1997, a renda média dos mais ricos é quase 21 vezes superior a toda a renda dos 40% mais pobres.

Os *surveys* vêm simplesmente revelar que o número de pessoas sem condições de obter seu sustento é cada vez maior. O trabalho informal cresce velozmente passando a ser o único provento em vários lares. Enquanto o presidente Fernando Henrique Cardoso tenta convencer (e se convencer) dos ganhos com sua política econômica, mendicância, prostituição e criminalidade vão andando de mãos dadas pela grande população brasileira.

¹¹ Conceituação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): a PEA é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade, classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.

Mesmo com os gritos da realidade à nossa porta, em “recente” avaliação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o Brasil passou a constar entre os países de alto índice de desenvolvimento humano – IDH acima de 0,8 em 1995 ¹². A notícia saiu no jornal a Folha de São Paulo de Abril/99. A classificação no 62º lugar não pode, e nem deve ser festejada, pois esta análise tem como base as informações oficiais referente aos anos de 1960, 1970, 1980, 1992 e 1995. O que certamente nos oportuniza dizer que há um aumento diário de pessoas sem condições de obter sua sobrevivência. Haja visto o crescimento de vendedores ambulantes e outros trabalhos informais, a crianças vão às ruas ganhar a ‘féria’ do dia, são mais um adulto na família.

Num universo repleto de discrepâncias sociais, a criança e o adolescente engrossam a faixa dos desprotegidos, dos excluídos de direitos básicos como alimentação, educação e saúde.

Dentro da perspectiva de Mellucci, os movimentos sociais são uma forma de ação coletiva baseados na solidariedade, desenvolvendo um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. (1989, p. 57). Ao se referir a fenômenos mais recentes o autor prefere falar de redes de movimento (...) nas quais inclui não apenas “as organizações ‘formais’, mas também a rede de relações ‘informais’ que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla” (ibid, p. 60). Ora, ações caritativas e filantrópicas têm sua origem na mais remota formação da sociedade, mas no geral não visavam discutir o sistema, funcionavam como um paliativo, não queriam questionar, transformar.

As Organizações Não Governamentais emergiram nos anos 90 como o que há de mais “recente”. Elas têm ocupado o vazio de ações sociais e algumas bem representam o conceito de “Terceiro Setor”, sobre o qual trataremos mais detalhadamente em sequência. Gohn afirma que a diminuição dos movimentos sociais organizados foi proporcional ao crescimento e surgimento de redes de Organizações Não Governamentais (1997, p.12). Conforme Fernandes “O surgimento das ONGs é talvez o sintoma mais claro, na América Latina, das tendências que nos levam a pensar num ‘terceiro setor’ ” (1994, p. 65).

¹² O índice de desenvolvimento humano (IDH) leva em consideração três características: expectativa de vida, educação – taxas de alfabetização de adultos e matrículas nas escolas – e renda ou Produto Interno Bruto (PIB).

“Cada época elabora seus critérios de modernidade. Ser moderno neste final de século é ser um misto do novo e do antigo; é unir valores humanos com a técnica e a racionalidade científica; é pensar o coletivo sem esquecer o individual.” (Fernandes , 1994). As ONGs ou OSCs cultivam, carregam este perfil da modernidade.

Apropriar-se deste novo campo, suas idiossincrasias, localizá-lo no tempo/espaço próprio e adentrar suas relações, será uma de nossas primeiras preocupações para melhor configurar o trabalho destas organizações.

Por enquanto nos permitimos adiantar que, refazendo o caminho de atuação das ONGs, teremos como tônica uma elaboração de natureza contraditória: primeiro compensatória ao serviço público; e segundo cidadã, inovadora, em busca da transformação da realidade.

AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

“Alguns autores datam o surgimento das ONGs no Brasil desde a época da Colônia (Moura, 1994). Eles se referem ao trabalho de grupos caritativos, de difícil comparação com as ONGs atuais porque a Igreja e o Estado não eram separados por lei. Acreditamos que as modernas ONGs são produtos do século XX, quando o Estado passa a ter papel central na vida das nações” (Gohn, 1997, p. 53).

Bem provavelmente, para muito dos brasileiros (e estou inclusa neste montante), a origem das ONGs no Brasil parece ter ficado atrelada a ECO-92, e isto não aconteceu por acaso, já que o ‘mundo-mídia’ se voltou para aqueles ensolarados e animados dias cariocas repetindo a sigla ONG inadvertidamente, exibindo tribos, artesanato, música e curiosidades como uma grande festa. E, para os de memória mais privilegiada, é fácil lembrar que não demorou muito para a mesma mídia destacar o necessário cuidado com algumas ONGs que poderiam estar agindo ilícitamente.

O próprio nome, originário das nomenclaturas da ONU, tornou-se reconhecido em meado dos anos 80. Conforme Gohn (1997, p. 54) o termo foi criado na década de 40 para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social . No continente latino-americano, dados recolhidos em diretórios das organizações projetam que as ONGs tenham se tornado um fenômeno a partir da década de 70 (Fernandes, 1994, p. 69) .

Nos seus primórdios as ONGs buscavam fortalecer os atores sociais coletivos por reconhecer nestes a força para atuar em outros setores da sociedade (Bava, 1995, p. 10). Neste momento a política era, acima de tudo, de oposição ao Estado, e era um dever manter autonomia do aparelho governamental, já que este estava marcado de incompetência e clientelismo.

Com a relativa “democratização da sociedade brasileira”, nos anos 90 surgem as novas relações entre os atores coletivos presentes na sociedade civil e destes com o Estado. Há, por

consequente, uma renovação dos movimentos sociais (Op. cit., p.10). Foi preciso criar novos olhares e diferentes relações se firmaram entre Estado e ONG. O que se fomenta a partir de então, é a busca da identidade da ONG, definindo sua proposta social, procurando no Estado e no setor privado parceiros de trabalho para prestar assessoria, subsidiar obras, projetos e ainda trazer e formar recursos humanos. Podemos dizer que o Estado deixa de ser entendido, para um setor das ONGs, como simples opressor das forças sociais. Dividindo a função de patrocinador das políticas sociais com a sociedade civil, o Estado passou a administrar as verbas públicas incorporando-as como subsídios às ONGs, que passaram a executar muitas ações que antes eram de responsabilidade exclusiva do Estado.

Mesmo deixando de ser o primeiro e único provedor do Bem Estar Social, é *sine qua non* a função do Estado como pacto de dominação e como sistema administrativo auto-regulado, exercendo um papel central como mediador no contexto da crise do capitalismo, especialmente nas contradições entre acumulação e legitimação (Fernandes, Op. Cit. p. 95).

Mais do que prestar serviços, muitas vezes similares aos já oferecidos pelo Estado, as ONGs se inscrevem no enfrentamento de situações e instituições contrárias à construção e estabelecimento da cidadania dos indivíduos. A sobrevivência humana, o resgate social, político e econômico do ser, são objetivos que impulsionam a interação com as outras instituições para tirar o indivíduo de um estado de reificação. Bem na verdade, as mazelas de nosso tempo é o que oportunizou o estabelecimento das parcerias das ONGs com Estado, empresas, igrejas, agências financiadoras, etc.

Mas a valorização do grupo, indivíduo, propositura da formação cidadã ou ainda seu papel de intermediadora do Bem-Estar Social, deixam as ONGs fora de críticas como a de Verhelst :

“Em geral, as ONGs assimilaram o viés modernista comum às agências de desenvolvimento. Têm dificuldade para perceber e para pensar positivamente sobre as margens da sociedade, bem como sobre as culturas tradicionais. Fazendo a mediação entre “comunidade” e “cidadania, elas definem os limites no interior do qual o movimento pode ser feito com legitimidade: o limite das formas racionais e igualitárias

(...) a mediação é unilateral. Ainda que visitem com frequência as aldeias da tradição, as ONGs tendem a se comportar como agentes da modernidade que, como tantos outros, não dispõem de tempo necessário para apreciar e aprender os costumes tradicionais” (1987).

Esta crítica deve ser relativizada por várias razões. Primeiramente por já ter mais de 10 anos, e o universo das ONGs ter se modificado e ampliado rapidamente nos últimos anos, o que sem retirar o devido valor do parecer de Verhelst, fomenta sempre novas investigações destas organizações. Um outro ponto da afirmação do autor, é que contraposições aos “costumes tradicionais” não podem ser julgadas gratuitamente como inconsequentes ou unilaterais, estas organizações têm em sua ideologia de trabalho a identificação com o usuário e não um pressuposto à acomodação e repetição das culturas tradicionais. Finalmente esta crítica não nos parece justa, já que não há nada mais racional e inteligível em reconhecendo a estrutura e idiosincrasias do outro que lhe é “diferente” ou até antagônico, ainda buscar estabelecer relações com este, compartilhando ações numa causa em comum. Nisto se resume a política de parcerias das ONGs.

Caracterização e tipos

Fernandes afirma que as ONGs: “São instituições propriamente privadas, mas sem fins lucrativos. Lucros eventuais devem ser reinvestidos nas atividades-fim, não cabendo a sua distribuição, enquanto tais, entre os membros da organização (...) apesar de serem não-governamentais, seus fins têm as características do serviço público”. A atuação em fins públicos está em plena ampliação. O crescimento das Não-Governamentais é um dos fenômenos desta década. Salamon (1993) bem definirá estas organizações ao caracterizar o “Terceiro Setor”.

No Brasil, na década de 90, Maria da Glória (Gohn, 1997, p. 13-15) sistematizou os seguintes tipos de ONGs :

- **caritativas** - elas recriam um cenário urbano de assistência, tendem a trabalhar a

partir de categorias específicas: menor, mulher e velhos. Foram as ONGs que mais expandiram na educação infantil, e boa parte deste fenômeno pode ser explicado pela expansão de religiões e seitas no Brasil;

- **desenvolvimentistas** - surgiram e vêm se mantendo a partir de propostas de intervenção no meio ambiente. Articulam-se em redes de caráter internacional, a ECO 92 foi o marco mais significativo de sua existência;
- **cidadãos** - são as voltadas para a reivindicações dos direitos de cidadania, atuando no espaço urbano, constroem redes de solidariedade, promovem ou participa de programas e serviços sociais básicos e emergenciais (campo popular) ou representam minorias discriminadas (campo não-popular, caso da Anistia Internacional). Geralmente "... têm uma grande atuação junto aos canais de comunicação e em nível de políticas públicas, fornecendo subsídios para sua elaboração, fiscalizando-as ou fazendo denúncias quando ocorrem violações e omissões";
- **ambientalistas** - por seus estudos, campanhas espalhafatosas e diagnósticos são as que mais aparecem (vide Relatório Fórum das ONGs, 1992). As ONGs ecológicas têm contribuído decisivamente para a mudança do perfil das cidades brasileiras;

Pode-se citar ainda a expansão das cooperativas e criação de oficinas coletivas de trabalho como uma das principais estratégias de ação das ONGs nas comunidades organizadas.

No total de atuações de ONGs acima tipificadas, Gohn avalia que os efeitos principais são no campo da participação e inovação político-cultural, onde as práticas civis estão a produzir impacto sobre o desenvolvimento da sociedade, "formando as bases de um projeto democrático, plural, cidadão" (Op. Cit., p. 17).

Lançando o olhar sob o continente latino americano, nos reportamos ao trabalho de Fernandes (1994, p.70-3), no momento em que o autor se expressa sobre o campo de atuação das ONGs na América Latina . A subdivisão em categorias teve por base a expressão das próprias ONGs quanto a atividade realizada. Através dos diretórios, definiram-se 17 categorias

temáticas. Os dados estatísticos precisaram ser reclassificados pelo autor, e é ele quem nos avisa: “embora seja suficiente para uma consideração das tendências gerais, a estatística resultante deve ser considerada com reservas”. A soma dos percentuais ultrapassará os 100%, já que algumas ONGs se inscrevem em mais de uma categoria.

- *Criminalidade/Violência/Drogas* – representam menos de 1% das ONGs. Considerando a importância destes temas para a sociedade, o número de ONGs é irrisório, *grifo nosso*. A dimensão moral e jurídica que envolvem estes problemas ainda não têm atraído as ONGs;
- *Negros e índios* – são 5,5 % para as entidades negras registradas no Brasil . Indígenas e negros juntos, não ultrapassam 1,6% das ONGs registradas;
- *Formação Qualificada/Assessoria* – concentram 40,6 % das organizações;
- *Educação* - correspondem a 36% das ONGs;
- *Pesquisa* - também qualificada como *participativa* são 15,98% do total;
- *Desenvolvimento/Promoção Social* – 29,50%
- *Desenvolvimento Rural* – 15,78%
- *Saúde* – corresponde a um quinto do total de ONGs
- *Mulher* – 11,58%
- *Meio Ambiente* - 18,12%
- *Comunicação* – 18,58%
- *Direitos Humanos* – foi um tema maior nos anos 70 e 80, agora corresponde a 8,7% com uma variação nas sub regiões. A prioridade maior no Cone Sul (Brasil, Chile, Uruguai) menor nos países andinos (Bolívia, Peru) e baixa na América Central (Guatemala, Panamá, Honduras).
- *Projetos de Financiamento* – são matéria para 8,64% das ONGs que trabalham com microempresas, camponeses e setores informais.
- *Créditos e Finanças* – são uma preocupação maior das ONGs no Caribe (31,57%) e

América Central (20,59%). No Brasil o índice é bem pequeno, 0,19%

Como antecedemos, as ONGs têm um campo de atendimento que engloba todos os “novos” e os “velhos” atores da trama social. É certo que o Estado atua em muitas ou todas estas frentes, mas isto não é argumento suficiente para afastar as ONGs de seus interesses. A sociedade civil tem direito a se manifestar, usando seus próprios julgamentos e se organizar, enfim, a volta dos seus temas de preocupação.

A tabela abaixo, cuja fonte é a “Coleção de Diretórios”, foi utilizada por Rubem César Fernandes (Op. Cit., p.75) para demonstrar quem e quantos são os beneficiários diretos das ONGs, para um total de 3.823 organizações de 19 países da América Latina e do Caribe.

Na América Latina as ONGs têm priorizado regiões e populações pobres.

Grupos Beneficiários das ONGs *					
(segundo trabalho, comunidade e outras referências)					
Ref. a trabalho	%	Ref. a comunidade	%	Outras referências	%
Trabalhadores rurais	20,3	Comunidade	32,1	Associações civis	16,2
Trabalhadores	7,5	Crianças e jovens	22,0	Pobres	13,4
Micro empresas	4,2	Mulheres	15,1	Outros	6,7
Profissionais liberais	2,7	Grupos étnicos	3,0	ONGs	5,0
		Migrantes	2,4		
		Marginalizados	1,7		
		Terceira Idade	1,4		

* Tabela retirada na íntegra de Fernandes, Op. Cit., p. 75.

A cidadania como valor

A meta de formar cidadãos, fundamental para o campo educacional e para a construção

de cidadania, é comumente destacada nas ONGs. Mais do que uma opção alternativa, emergencial ou compensatória as ONGs do terceiro setor, nas suas várias representações, se configuram como fértil terreno de discussão, formação e problematização de cidadania.

“Na busca de valores comuns, não se pode omitir a palavra ‘cidadania’. Referida que é aos membros individuais de um Estado, tende a ser universalizada para toda a população adulta, independentemente de outras distinções. Cobre, portanto, o território do terceiro setor” (Fernandes, 1994, p. 141).

O conceito e a prática de cidadania para a grande maioria da população da América Latina é algo um tanto distante, pois após uma década de democratização política esta condição é ainda privilégio das classes educadas e da sociedade civil organizada. Portanto, alerta Fernandes (1994; 141) sobre as limitações das ONGs na América Latina, “Se o terceiro setor não for capaz de comunicar-se para além destes limites, permanecerá um conceito exclusivista, incapaz de abordar os problemas mais profundos. A expansão da cidadania, em contraposição às linhas invisíveis do apartheid social, é o desafio maior da democracia na região, a condição necessária e urgente para que os direitos civis sejam universalmente apreciados.”

Uma das características das ONGs, é acreditar que o conflito é algo inerente à sociedade. A participação cidadã é fator indispensável à consolidação da democracia e o que garante dinamismo às relações sociais. As ONGs inovam quando descortinam caminhos de formação cidadã - fora dos moldes das demais instituições - quando apostam no novo, na criatividade voluntária, no caminho alternativo. Assim, ousamos dizer que a clientela das ONGs têm forte oportunidade de encontrar mais facilmente seu *locus* social, e melhor entender o *modus operandi* da sociedade, por fazer parte de um ambiente sócio-educativo menos formatado, tradicional, onde se questionará muito mais as múltiplas determinações da sociedade.

Indubitalmente, a ineficiência dos serviços públicos, e sua reprodução de padrões institucionais, só vêm reforçar este posicionamento das ONGs em estabelecer soluções alternativas, calcadas em ajuda mútua, para males dantes conhecidos.

Algumas ONGs tornaram-se produtoras de recursos: humanos (assessorias, informação, formação, elaboração de projetos), materiais e até financeiros, para outras ONGs.

Mesmo sendo fruto de uma democratização, onde o grau de dependência do Estado é sempre vigiado, “não há autonomia cidadã que se sustente sem o bom funcionamento dos sistemas de segurança e justiça, por isso a importante participação do Estado. Não há como manter aceso o desejo de participação sem a crença nas instituições das quais se é convidado a participar ” (Fernandes, 1994, p. 95). Daí ponderar que o respeito ao pluralismo não tem relevância enquanto não se encontrar mecanismos eficazes de expressão da multiplicidade dos interesses e das intenções. As parcerias são fundamentais neste processo de identidade. A nosso ver, a ONG sempre está, de alguma forma, mostrando seus interesses e intenções em transformar o presente, trabalhando agora o futuro melhor.

A clientela usuária dos serviços das ONGs está mudando em quê ? Será que a clientela está mudando em algum aspecto? Estas questões endossam a relevância de problematização da ação das ONGs, para descobrir, se elas, de fato, vêm transformando o usuário e sua realidade.

O caráter educativo

Segundo Gohn, nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes: “1) da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício de poder. 2) da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe . 3) da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas. 4) da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas que apóiam o movimento 5) da aprendizagem da desmitificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento” (1992, p. 50-1). Ora, isto sem dúvida complementa a situação de construção de cidadania comentada acima.

No Brasil, de acordo com os critérios das políticas de atendimento à criança e ao adolescente, o “regime de núcleo” está no eixo de desenvolvimento pessoal e social, no qual

se situam os direitos à educação, cultura, lazer e profissionalização, aí o programa de educação deve funcionar como satélite da escola. Na prática significa o comprometimento com pelo menos quatro fases do processo de escolarização formal:

Ingresso: Não se poderá aceitar que nenhuma criança frequente um programa social sem estar inscrita na escola. Os programas devem empenhar-se no sentido de que todas as crianças sejam matriculadas.

Regresso: Qualquer criança que saia da escola deve ter o seu retorno assegurado por uma estratégia que envolva o menino, sua família, o programa social e a escola.

Permanência: O desempenho da criança deve ser acompanhado e tudo deve ser feito para que as condições geradoras da deserção escolar sejam enfrentadas no interior da escola, com a solidariedade dos pais e dos demais programas de atendimento que trabalham com crianças.

Sucesso: O sucesso na escola significa trabalhar a questão do reforço escolar, mas não apenas em termos de conteúdo. Dimensões como auto-conceito, auto-estima e auto-confiança dos alunos devem ser parte integrante dessa atividade” (Costa, 1995, pg.3).

De fato, os “núcleos” tendem a traduzir em suas normas de ingresso e projetos sócio-educativos, todos os pontos acima descritos. Muito embora a ligação com a escola seja difícil e nem sempre o desempenho escolar possa ser acompanhado no programa social, ainda assim, a escola é citada nos programas e a saída dela significa perda de vaga no núcleo. Infelizmente, pode-se dizer que uma exclusão puxa a outra.

O espaço da ONG, usualmente, é distante dos corredores escolares, pois elas trabalham com uma nova dimensão da educação: a educação não-formal. Embora obedeça a uma estrutura e a uma organização – distintas das escolares – e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja a sua finalidade), a educação não-formal diverge da educação formal no que respeita a não fixação de tempos e locais e a flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (Afonso, 1992).

A Educação Formal, presente nas políticas públicas e nas unidades de ensino privadas, sempre tiveram maior atenção do Estado e da sociedade, e aceitação dos educadores inclusive,

mas certamente ela não dá respaldo a intencionalidade educativa exposta por Gohn, no caso dos movimentos sociais. A educação formal ainda é reproducionista, padronizada, por isso um tanto quanto distante de se integrar a vida. O recorte de conteúdos, a estrutura e organização do processo de aprendizado na educação formal são voltados para a fina absorção e reprodução de conhecimentos tidos como válidos cultural e socialmente. Suas unidades de ensino estão subordinadas a um poder centralizado, têm hierarquia, o que não deverá ocorrer nas “Associações Democráticas para o Desenvolvimento” (Afonso, 1992).

Na Educação Não-Formal há uma intencionalidade em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos que não são necessariamente os mesmos da educação formal. Os espaços de desenvolvimento são múltiplos: bairro-associação; igrejas, sindicatos, ONGs, espaços culturais, etc. (Gohn,1997, p.6-7).

O quadro abaixo, elaborado por Almerindo Janela Afonso (1992 p. 91) e citado por Gohn (1999), compara/ caracteriza a Educação Formal e a Não-Formal, e nos servirá de subsídio para julgar o trabalho das ONGs em estudo nesta pesquisa de campo.

TIPOS DE APRENDIZAGEM	
ESCOLAS TRADICIONAIS	ASSOCIAÇÕES DEMOCRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO
Apresentam um caráter compulsório	Apresentam um caráter voluntário
Dão ênfase apenas à instrução	Promovem sobretudo a socialização
Favorecem o individualismo e a competição	Promovem a solidariedade
Visam a manutenção do <i>status quo</i>	Visam o desenvolvimento
Preocupam-se essencialmente com a reprodução cultural e social	Preocupam-se essencialmente com a mudança social
São hierárquicas e fortemente formalizadas	São pouco formalizadas e pouco ou incipientemente hierarquizadas
Dificultam a participação	Favorecem a participação
Utilizam métodos centrados no professor- instrutor	Proporcionam a investigação – ação e projetos de desenvolvimento
Subordinam- se a um poder centralizado	São formas de participação descentralizada

Gohn destaca que a Educação Não-Formal tem sempre um caráter coletivo: criada em processos de ação grupal, é vivida como práxis do grupo. Tal processo ocorre pela mediação de agentes e assessores, sendo profundamente marcado pela inter-subjetividade destes sujeitos (Gohn, 1997, p.10). A metodologia está bastante organizada na voz destes agentes, “são falas que estiveram caladas e passaram a se expressar por algum motivo impulsionador (uma carência sócio-econômica, um direito individual ou coletivo, ...)” (Op. Cit. p. 12).

Se nos detivermos nos termos até aqui apresentados, por Gohn (1992; 1997; 1999), Afonso (1992) e Costa (1995), sobre a Educação Não-Formal teremos de reconhecer e exaltar a importância desta modalidade educativa para a criação de novos conhecimentos (sociais, culturais e econômicos) que partem das relações e experiências concretas, visando colocar os indivíduos em posição de questionamento, análise e planejamento de ação (em especial nos movimentos sociais reivindicatórios).

É nesta década que a Educação Não-Formal começou a ter sua importância reconhecida. As mudanças sociais, a política e a economia no mundo passou a valorizar e necessitar dos processos de aprendizagem e a articulação desenvolvidos na educação não-formal. Então, igrejas, associações, empresas, ONGs passaram a ser observadas com mais atenção.

As ONGs incorporam-se no universo da Educação Não-Formal. A ação na área educacional é uma das mais cobradas e recortadas pelas ONGs. As ONGs caritativas, com público alvo definido entre crianças e adolescentes, representa 22,0% do total de ONGs na América Latina (Fernandes, 1994).

As ONGs têm sido conclamadas à propor trabalhos educativos no âmbito comunitário e intrafamiliar, nos grupos indígenas e rurais, e até nos programas de educação para o trabalho. Destaca-se agora o *Know-how* das ONGs, em metodologias, projetos; sua ação tem sido estimuladora de trabalho voluntário, resgate de cultura e construção de cidadania (Gohn, 1999, p. 94).

A cooperação internacional

Vamos nos deter por um instante naquelas organizações que são sumariamente importantes para todo o universo do terceiro setor; as Agências Internacionais Não Governamentais de Desenvolvimento, cujo caráter “não-governamental” foi e é decisivo para várias ONGs, já que elas podem relacionar-se livremente com os grupos civis, tendo agido, inclusive, de modo sigiloso em circunstâncias autoritárias como em países de regime ditatorial. (Op. Cit. p. 79). As mais comuns são as ligadas as diversas religiões, como exemplo: Pão para o Mundo, EZE e EMW (protestantes); Miseror, Caritas (católicas).

Landim e Bailey ¹³ catalogaram as Agências Internacionais que atuam no Brasil e a partir dos questionários chegaram a várias considerações , destacamos algumas :

- 79% das relações institucionais são ligadas às Igrejas, onde predomina a Católica com 50% , seguida pelas Protestantes (20%) e outros movimentos com 9%;
- as atividades de **educação para o desenvolvimento** representam 75,7 % das agências, ficando atrás do **financiamento a projetos de desenvolvimento** com 94,6%;
- a população alvo das agências no Brasil está prioritariamente na área urbana, com o qual 26 entidades trabalham, **moradores de periferia (70%)** superando os **assalariados (38%)**;
- as **ONGs** são por excelência as parceiras de trabalho com 92% , os **grupos comunitários ou de base** foram mencionados por 78% das agências e as **entidades representativas** por 76% (sindicatos, associações de moradores, movimento dos sem terra, etc).Coerentemente com o já pronunciado, as **organizações de igreja** também aparecem com destaque;
- segundo as agências, em 1994, foram empregados **US\$ 73.862.700,00** em projetos no Brasil;
- apesar de “não-governamental” pôde-se observar que a origem dos recursos destas agências está nos **fundos oficiais** com 86,5%, **doações privadas** e **vendas de serviços/produtos** ficam atrás com 75,5 % e 29,7%, respectivamente;

Unindo forças

Em que pese a condição social do país, diversas organizações começaram a se unir em projetos de atendimento à sociedade civil, como falamos anteriormente, estes projetos reconhecem o sujeito singular e o coletivo: sem-terra, garimpeiros, crianças, homossexuais, meninos de rua, terceira idade, encarcerados, adolescente grávida e muitos outros, “... no linguajar dos projetos e das microorganizações, assistiu-se a uma formidável multiplicação das identidades coletivas” (Fernandes 1994; 48) .

Esta união (parceria) entre instituições não é facilmente constituída. Em princípio a primeira parceria a ser firmada, será com a comunidade, “ ... na comunidade está a razão de existência de uma ONG ” (Op.Cit, p.58) .

A promoção do indivíduo, do grupo, são preocupações constantes nas ONGs. Acolher, instrumentalizar para melhor buscar seus próprios interesses, apostar no conflito, valorizar as interações face a face ao invés de uma abordagem formal e burocrática são características destas organizações.

Considerando as desigualdades crescentes e o enfraquecimento da capacidade reguladora do Estado, fala-se num cenário de crescente barbarismo. Mas é justamente porque a situação global é tão grave que o campo das iniciativas voluntárias é levado a pressionar governos e mercados na busca de alternativas. O regime de parcerias é apresentado como imprescindível para o desenvolvimento das ações propostas.

Consequentemente, os ativistas deste novo setor usualmente estão abertos para a experiência de conviverem com alianças múltiplas e parciais. Alguns grupos podem unir-se no combate à violência contra a criança, mas separar-se contra o aborto, a conversão e o consenso de idéias pode ocorrer tão somente num plano. Fernandes cita alguns exemplos:

Hotéis de cinco estrelas financiam projetos para diminuir a violência e melhorar as condições sociais em áreas turísticas. No Rio de Janeiro.

Bancos privados abrem linhas especiais de crédito para micro-empresas utilizando ONGs como mediadores, assessores técnicos e avalistas. Acontece no Peru.

¹³ Estudo dos dados estão disponíveis no site www.rits.org.br/ acervo-pesquisa, com o título: “Agências internacionais não governamentais de desenvolvimento atuando no Brasil”

A campanha Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida, cujo líder Herbert de Souza, o Betinho, deflagrou em 1993 uma onda de participação inimaginável que levou a ordem pública a imitar tal campanha com a campanha Comunidade Solidária. Os exemplos anteriores ilustram que nem sempre interesses comuns levam a formação de parcerias, a solução para o problema que aflige os parceiros é que poderá uní-los. Se examinarmos os exemplos citados, hotel e bancos são organizações de fins lucrativos, visam o lucro. Mas se falta meios para combater a violência contra os turistas, e recursos humanos ou técnicos para avaliação de linhas de crédito para programas que, se não resolvem ao menos reduzem os problemas, a entrada de uma ONG nesta relação parece ser a solução.

Não se pode pensar em formação de parcerias ingenuamente, onde os parceiros se colocam como co-responsáveis pela desigualdade social e trabalham por um bem comum. Há interesses maiores numa ação social que não o bem estar do outro, mas o da própria instituição. Uma legislação com estímulos fiscais à contribuição para dedução do Imposto de Renda, com certeza é uma forma de unir o útil ao agradável.

Sem dúvida que boa parte da participação do empresariado deve estar vindo por este viés (estímulos fiscais), mas há casos onde o empenho da empresa privada foi além dos recursos financeiros, influenciando ou patrocinando a formação de comitês, ou grupos de funcionários que prestem apoio constante às causas sociais. Na pesquisa realizada, uma das ONGs é auxiliada por dois comitês formados dentro de órgãos governamentais - Comitê dos Funcionários do Banco do Brasil e o Comitê do Funcionários do Banco Banespa - , e ainda um grupo de funcionários da multinacional Bosch.

Em tempo urge avançar na compreensão deste novo setor para que a sociedade civil, o Estado e demais agências financiadoras possam analisar os serviços prestados, e após esta análise, melhor direcionem recursos aos projetos de fato mais relevantes à população. Este conhecimento é extremamente necessário para o avanço do processo democrático, para combater a corrupção e mal uso de verbas públicas e privadas.

O CHAMADO TERCEIRO SETOR

Nos anos 90, além do Estado e do mercado, surge um terceiro personagem mais amplo que as ONGs: "... um 'terceiro setor'. 'Não-governamental' e 'não-lucrativo', é no entanto organizado, independente, e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas (...) As relações entre o Estado e o mercado, que têm dominado a cena pública, hão de ser transformadas pela presença desta terceira figura ..." (Fernandes, 1994, p.19-20).

As combinações entre os setores público e privado ficarão assim:

AGENTES		FINS		SETOR
privados	para	privados	=	mercado
públicos	para	públicos	=	Estado
privados	para	públicos	=	terceiro setor
público	para	privado	=	(corrupção)

Fonte: Fernandes, 1994, p.21

Pelo quadro acima, vemos que o terceiro setor é um conjunto de organizações e iniciativas privadas que produzem bens e serviços públicos, sendo que estes últimos não visam lucro. Chegam a constituir um conjunto de fato, "...parece que assistimos a uma grande efervescência no Terceiro Setor pelo mundo afora (...) na Europa e América do Norte, na ex-União Soviética, nas amplidões da Ásia, África e América Latina as pessoas estão ganhando ou reafirmando sua confiança na capacidade de as organizações voluntárias auxiliarem os idosos, promoverem serviços de saúde, educarem crianças talentosos e perseguirem muitos outros objetivos semelhantes" (Salamon, 1997, p. 90).

O crescimento deste setor vem acontecendo nas duas últimas décadas por vários motivos, dentre os quais destacamos: a perda de confiança no Estado e a "incapacidade" deste em criar, gerenciar o bem-estar social e resgatar o meio ambiente; as políticas neoliberais, ditatoriais ou ditas democráticas, geradoras de exclusão e miséria onde a população pobre não

ter sequer condições suficientes para uma sobrevivência digna.

Configurando como uma terceira possibilidade de ação, nem só pública, nem só privada, a ONG é a mais forte representação do chamado terceiro setor, se encaixando na caracterização de Salamon ¹⁴ (1997), que assim compreende o termo: “embora a terminologia utilizada e os projetos específicos a serem perseguidos variem de lugar para lugar, a realidade social subjacente é bem similar: uma virtual resolução associativa está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo terceiro setor global, que é composto de (a) organizações estruturadas; (b) localizadas fora do aparato formal do Estado; (c) que não destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; (d) autogovernadas; (e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário.”

Para Salamon devemos compreender o terceiro setor em três faces: como *idéia*, como *realidade* e como *ideologia*.

A primeira face é aquela que trata o Terceiro Setor como idéia, provavelmente é mais conhecida pois atrai a maioria das discussões e ações civis. Aqui, o que singulariza e dá razão ao Terceiro Setor são os valores nele encerrados - altruísmo, compaixão, sensibilidade,...-, cujas “fontes de inspirações podem ser religiosas, espirituais, morais ou políticas”¹⁵. Há duas idéias fundamentais dando o sentido de direito e dever à formação do Terceiro Setor: a *iniciativa individual em prol do bem público* e a idéia de que *os seres humanos têm capacidade e obrigação de agir por autoridade própria*. (pg.92).

O Terceiro Setor como realidade (pg. 93-95) nos mostra que as idéias já estão vivendo, em maior ou menor grau, numa rede de instituições sociais concretas: associações civis, entidades religiosas ou corporações internacionais. Em pesquisa da Universidade Johns Hopkins, Salamon concluiu que a realidade do Terceiro Setor não é pequena ou isolada, seja pela *força econômica* que este setor apresenta (cerca de 12 milhões de empregados e mais de 5 milhões de voluntários em 1990) seja pela *representatividade* (está presente em vários países), apresentando *diferenças significativas de composição*, e finalmente, por *não depender*

¹⁴ Lester Salamon é Diretor do Johns Hopkins Institute for Policy Studies. Foi diretor do Center for Governance and Management Research no Urban Instituto em Washington. Autor de vários livros sobre o Terceiro Setor, é formado em economia e política pela Princeton University e Ph.D. em administração pela Harvard University.

¹⁵ Conforme Miguel Darcy e Rajesh Tandon no *Civicus World Report*

exclusivamente da presença de indivíduos ricos desejosos de fazer caridade. Sobre isto o autor nos esclarece que a fonte principal de apoio (nos países pesquisados) são as taxas e os encargos sobre serviços (47 % da renda) .

A terceira e última face é a do Terceiro Setor como ideologia (pg.96-101). Sem dúvida é a de mais difícil explicação pois partiu de um processo de descoberta do Terceiro Setor como mitologia e ideologia. Substituiu o Terceiro Setor como “realidade” ou “idéia”. Oportunamente detecta nesta face vários mitos: a) *o mito da insignificância ou incompetência* que julga as organizações como bisonhas operações amadorísticas ou, na pior das hipóteses, agitadores irresponsáveis interessados em “roubar” a autoridade legítima do setor público; b) *o mito do voluntarismo* onde a noção de que as organizações sem fins lucrativos devam apoiar-se unicamente na ação voluntária, sem remuneração, pois estas seriam as formas mais puras e mais eficientes da ação que toma o lugar da participação do Estado, c) *mito da virtude pura* é a noção que as organizações do Terceiro Setor são por natureza de fins públicos e responsáveis pelas camadas necessitadas. Neste caso, as instituições são cobertas por um *status* mítico que as coloca acima das ações do Estado, d) *mito da imaculada concepção* vem da “noção de que a filantropia e o voluntariado constituem fenômenos novos em quase todo o mundo e de que a construção de um setor civil pode, em consequência, ocorrer em solo virgem e copiar livremente modelos de fora” (pg.97).

Como podemos ver, a face ideológica traz problemas para o Terceiro setor, mas, muito embora todos os mitos acima tenham uma parcela de verdade, o que agora se descortina nas organizações podem contestá-los, um a um.

1. *O mito da incompetência* não pode sobreviver ao revelar o volume de recursos (em grande maioria do próprio Estado) às ONGs, que têm assumido cada vez mais frentes de trabalho recebendo confiança e estabelecendo vínculos com os mais diversos grupos (pg. 98).
2. *O mito do voluntarismo* exprime a idéia de conflito entre setor sem fins lucrativos e Estado, afirmando que doação e voluntariado seriam as únicas fontes válidas de apoio ao setor. Mas basta olhar os dados das agências financiadoras e das próprias

ONGs, para notarmos que tanto a ação voluntária quanto as doações têm um percentual baixo, e de forma alguma podem garantir a sobrevivência das organizações. O apoio governamental representa mais de 30% dos recursos recebidos (pg. 99-100).

3. *Mitos da pura virtude e o da imaculada concepção* também não resistem aos fatos. No primeiro caso porque sabemos que várias intenções podem permeiar a ação do Terceiro Setor, e muitas delas não estão assentadas na virtude. No que toca o segundo mito, inegavelmente as tradições de caridade estão presentes em quase todas as sociedades mas é objetivo das organizações do Terceiro Setor a adequação do trabalho às tradições econômicas e culturais do indivíduo que lhe é usuário, se afastando de simples aplicações de métodos e projetos (pg. 101).

Pensando em sua legislação

Em março de 1999, foi aprovada uma nova lei para o Terceiro Setor, criando um marco legal para a área.

Nosso país tem adotado estímulos fiscais às entidades “sem fins lucrativos” mas é frequente a falta de transparência de critérios e eficiência de supervisão na concessão destes incentivos. Abusos e fraudes recebem ampla divulgação da mídia e prejudicam a imagem do terceiro setor com um todo.

No jornal Folha de São Paulo de 18/05/99 (Caderno 1, p. 3) o próprio ministro da Previdência e Assistência Social se manifesta quanto a revisão das leis que regem a filantropia, segundo as palavras do Ministro Waldeck Ornélias:

“Não havia controle social sobre os gastos ditos assistenciais feitos em nome do governo e à custa da população (...) o governo federal despende, via isenção da cota patronal previdenciária, mais que aquilo que gasta diretamente por meio do Fundo Nacional de Assistência Social, pelo qual transitam todos os recursos destinados à assistência social, inclusive os benefícios assistenciais da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). Em 1998, a renúncia fiscal previdenciária totalizou R\$2,3 bilhões

– sendo R\$ 1 bilhão apenas com as cem maiores entidades – sem que se soubesse que serviços eram prestados à população ”.

O discurso governamental é o da busca de uma filantropia com transparência. Argumentam que a nova regulamentação obrigará todas as entidades beneficiárias a apresentar, anualmente, ao Ministério da Previdência e Assistência Social seu plano de trabalho assistencial, que será acompanhado e fiscalizado, de forma centralizada, pelo órgão gestor e pelo Conselho Municipal de Assistência Social. As entidades também deverão manter exposta, em local visível, uma placa indicativa do favor fiscal para fins de atendimento a pessoas carentes, pois este é o motivo da isenção.

“De fato, a legislação brasileira não tem acompanhado a evolução do ‘terceiro setor’. As regras de constituição de associações e fundações filantrópicas pouco evoluíram desde 1917, ano em que foi editado o Código Civil vigente” é o que nos diz a advogada e pesquisadora Maria Nazaré L. Barbosa em seu estudo sobre a Reforma Legal.

Resumidamente, vejamos quais são as providências de caráter jurídico necessárias para o estabelecimento de uma associação sem fins lucrativos, mostrados pela advogada.

1. Registro em Cartório Civil de Registro de Pessoas Jurídicas, que só será realizados mediante a apresentação de vários documentos, tais como: ata de diretoria, estatutos sociais, ata de eleição de Diretoria e do Conselho Fiscal, registrar o C.G.C./MF (Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda) e na Prefeitura o CCM (Contribuintes de Rendas Mobiliárias), providenciando a publicação em jornal da cidade e Diário Oficial do Estado;
2. Após certo tempo de funcionamento, quando a entidade já possuir atividades constantes ela pode solicitar a declaração de Utilidade Pública (tal pedido pode ser feito à União, Estado ou Município). Para ser reconhecida deve preencher requisitos formais, com um requerimento ao Presidente da República, Governador ou Prefeito apresentando cópia de estatutos, dados completos das pessoas , C.G.C/MF, ter gratuidade dos cargos da diretoria e do conselho fiscal, não

dividindo lucros sob qualquer pretexto e, anexar balanços, discriminar serviços prestados com gratuidade, e, finalmente, apresentar relatórios dos três anos de exercício anteriores ao pedido. “O Poder Público não está obrigado a outorgar a declaração mesmo que a entidade tenha atendido todas as exigências (...) a vantagem de obter o reconhecimento a nível federal é a imunidade de impostos”¹⁶.

3. Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) cuja principal vantagem é obter o Certificado de Fins Filantrópicos e poder receber o patrimônio de outra entidade inscrita no órgão. As entidades sem fins lucrativos estão isentas do Imposto de Renda.
4. Enquanto obrigação trabalhista, a entidade deve apresentar a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, mesmo quando não tenha funcionários. Se tiver empregados devem ser registrados, recolher a Previdência Social, FGTS e PIS/PASEP e observar todos os demais encargos trabalhistas, efetuando o Registro Sindical Patronal e recolher a contribuição sindical.

Para nós todas estas obrigações são difíceis obstáculos para aquelas ONGs que não têm um quadro administrativo definido e em boa atuação, o que não é de todo ruim, pois já é uma forma de baixar o número de fraudes. Por outro lado, prejudica de vez os incipientes movimentos sociais que aspiram por legalização para poder crescer.

Uma outra ordem de dificuldades é a impossibilidade de praticar atividades economicamente ativas. Quando os recursos são tão escassos, como sabemos que são, e a atividade continua sendo de necessidade pública, por que proibir as ONGs de serem economicamente ativas? Se pesquisarmos, ainda que de modo superficial, estas organizações veremos que têm muitas atividades voltadas totalmente para a captação de recursos para que simplesmente continuem a atender. As duas ONGs estudadas neste trabalho estão nesta situação.

¹⁶ A Lei nº 9.249, de 26.12.95 vedou a dedutibilidade do imposto de renda das doações provenientes de pessoas físicas, antes possível mediante a emissão de recibo, restringindo tal dedução à pessoa jurídica.

Barbosa ¹⁷ adverte que, “em não poucos casos, a concessão de incentivos fiscais – diretos ou indiretos – faz-se indistintamente a entidades qualificadas como ‘sem fins lucrativos’ (...) que privilegiam fundamentalmente seus próprios membros ou instituidores-tais como clubes recreativos - e competem por recursos públicos destinados igualmente a entidades que atuam na defesa de segmentos politicamente débeis ou socialmente excluídos ...”. Logo, a falta de clareza quanto à identidade das entidades que compõem o terceiro setor, induz a equívocos, a “pilarantropia”.

A legislação vigente parece estar mais atenta a estas possibilidades, conforme fala do Ministro Ornélias, dificuldades concretas são as de estimular a atuação dos cidadãos e empresa e ainda coibir os eventuais abusos que possam ser praticados em nome do bem-estar social (Folha de São Paulo, 18/05/99 p.3).

Desafios futuros

Como um setor em “construção” há muito o que se desenrolar. Como vimos, em nosso país, uma legislação tende a atender este “novo”. É difícil aceitar a grandeza deste setor que está empregando cada vez mais, ampliando dia a dia os seus serviços. Lester Salamon aponta pelo menos *quatro desafios críticos* que rondam o Terceiro Setor no mundo, são eles:

1. **Desafio da legitimidade** – governos e demais instituições devem ter claras e bem definidas as atribuições deste setor (*informação básica*), leis claras e específicas para estas organizações devem ser geradas, sempre com o intuito de sanear o atendimento em geral e manter a idoneidade do setor, deve-se inclusive, desenvolver códigos de ética e de contabilidade para prestação de contas (*forma legal e transparência contábil*). Uma conscientização da população sobre o que o Terceiro Setor pode lhe propiciar e como deverá ser sua participação neste âmbito trará força para os movimentos (*educação pública*).
2. **Desafio da eficiência** – para ser legitimado, à que ser confiável, e esta confiabilidade será conquistada na mostra da competência e eficiência nos serviços prestados. Na busca da eficiência há urgência em investir-se no treinamento e

¹⁷ Maria Nazaré Lins BARBOSA, em texto disponível na Internet, “Identidade do terceiro setor e sua relação com o Estado: agenda para a reforma legal”.

capacitação de administradores, técnicos e demais trabalhadores envolvidos nas atividades, criando ambiente inovador, aberto para troca de experiências.

3. **Desafio da sustentabilidade** – a questão financeira é o que preocupa, já que muitas organizações começaram de esforços pessoais, em pequenos grupos e a medida que crescem em escala e complexidade mais e mais recursos são necessários. As agências financiadoras, o Estado, o empresariado e a sociedade civil não são suficientes para a sustentação de todas as ONGs. “Se as fontes externas secarem, as internas terão de ser acionadas”.
4. **Desafio da colaboração** – *colaboração com o Estado, colaboração com o setor empresarial e entre si mesmo* (terceiro setor).

Nenhum de nós sabe certamente qual será o futuro do Terceiro Setor, mas por enquanto o momento está bem claro em apontar que estas organizações estão cumprindo um papel vital para a população, principalmente àquela mais desprovida de bens e direitos, e que o crescimento não é só uma tendência, está acontecendo em nossos olhos.

Para Jeremy Rifkin “ o problema é que os participantes do Terceiro Setor estão em um *status* neocolonial. Pensam como um setor subjugado. Suplicam ao governo, ao mercado e às instituições filantrópicas para obter verbas. Têm de compreender que o governo está começando a desaparecer da vida das comunidade, que seu papel é cada vez menos importante, que está passando a delegar verbas e programas. O mercado está tornando-se cada vez mais globalizado e não interno. Que vai acontecer com as fundações ? A responsabilidade da vida cívica passará a ser delas e do setor não-governamental. Esse é o processo de libertação ” (1999, p.20). Entendamos bem, esta libertação é do Estado, esta libertação se traduz em responsabilidade ao Terceiro Setor.

Andrés Thompson, da Fundação W.K.Kelllog da Argentina, no encerramento do IV Encontro Iberoamericano do Terceiro Setor acentuou o enorme avanço das organizações do Terceiro Setor nos últimos anos, em iniciativas de transformação social. Sublinhou, contudo, a necessidade de “melhorar a qualidade da ação e seus impactos sociais”. Para atingir este

objetivo, o relator indicou a busca pela formação de redes de solidariedade, diante dos imperativos da globalização, e a necessidade de “desenvolvimento de novas tecnologias de intervenção no social”.¹⁸

Neste quadro mundial, as conclusões finais do IV Encontro, identificou que, indiscutivelmente, o Terceiro Setor cresceu e envolveu-se nos diferentes âmbitos das atividades sociais e culturais; no entanto a fonte de conhecimento sobre si mesmo são precárias, o que dificulta a ampliação de alianças.

É extremamente necessário que o crescimento seja acompanhado de qualidade nas ações. Para José Luiz Guazelli, Superintendente da Fundação FEAC, “Mais do que nunca é preciso quantificar, qualificar e planejar as ações para a construção do chamado ‘Capital Social’, transformando o potencial existente nas sociedades em ações concretas de transformação.”¹⁹

Articuladas entre si ou com os setores público e privado, as ONGs conquistaram voz própria, melhoraram consideravelmente seus serviços, gozando de maior prestígio em todos os setores da sociedade.

Bem mais do que atender o público socialmente carente, estas entidades traçam caminhos opostos ao neoliberalismo por manifestar um aumento de seus campos de atuação, contrariando as formas de redistribuição na política neoliberal. Qual seja, por suas propostas de trabalho, não deixam arrefecer a luta pelos direitos sociais; buscam a igualdade de direitos e oportunidades. Explícita, ou implicitamente, acabam por formar um olhar crítico sobre a realidade social, política e econômica do país.

Como vértice entre Estado e cidadão, as ONGs constituem, segundo Germano (1995) “a privatização não lucrativa e a refilantropização”. Isto fica mais claro ao verificarmos primeiro, o grande número de ações civis existentes, contemplando da criança ao velho, passando por grupos e fatores específicos da condição humana (índios, aidéticos, mulheres negras, etc) e, segundo, a posição da ONG como forte captadora de recursos governamentais, repassando estes em forma de serviço ao contribuinte. É uma rede de terceirizadas, sem fins lucrativos, na área do Bem-Estar Social. Mesmo que este julgamento possa parecer claro e

¹⁸ Texto disponível no site da FEAC, www.feac.org.br/ibero/ba3.html

¹⁹ Texto disponível no site da FEAC, www.feac.org.br/ibero/art2.htm

racional, na Segunda parte deste trabalho veremos como atendem estas “terceirizadas”, se melhor, pior ou igual os órgãos estatais.

Em direção as nossas indagações Campos (1988) afirma: “ ... a filantropia vê-se cada vez mais coberta por recursos originalmente captados através de impostos. No entanto, muitas vezes, estes serviços prestados são apresentados e percebidos como favores prestados à população, apesar de serem crescentemente financiados pelos tributos que essa mesma população paga ao governo (...) na realidade, existe uma enorme diversidade entre a filosofia da ação e a prática das entidades que mantêm convênios.”

A PESQUISA

Os primeiros contatos com as entidades aconteceram em Agosto de 1998. O Centro Comunitário da Criança do Parque Itajaí e Região logo autorizou as visitas para a realização da pesquisa. Já a Casa Maria de Nazaré²⁰, na qual havia trabalhado no passado, muito relutou em nos receber enquanto pesquisadores.

Vários telefonemas foram realizados para contactar a presidente da Casa Maria de Nazaré, uma carta de apresentação foi enviada mas não obtivemos resposta. Em outubro de 1998, recebemos a seguinte orientação de uma senhora do Conselho da ONG: *“Vem no começo do ano, porque a assistente social está muito ocupada com as festas de natal e não tem tempo para atender ninguém”*. Mesmo com a explicação de que bem pouco ou quase nada “atrapalhamos” a assistente social, a senhora insistiu em dizer que só em 1999 deveríamos procurar a “Casa”. Acatamos a idéia.

Portanto, enquanto não saía a liberação para pesquisarmos a Casa Maria de Nazaré, iniciamos as visitas semanais ao Centro Comunitário, fazendo observações e entrevistas. Embora tenha 10 anos de atividade, a ONG tem pouco documento à mostrar, muitos dados foram retirados das histórias e relatos, provenientes de um livro de entrevistas do Centro Comunitário e das entrevistas/observações realizadas nas visitas. Neste livro estão as falas de voluntários, pessoas do conselho e presidente da ONG, recontando a história da entidade e as suas própria vivência na ONG.

Em fevereiro de 1999, retomamos a linha de contato com a Casa Maria de Nazaré, e no firme propósito de pesquisar tal ONG partimos para uma visita pessoal a Casa Maria de Nazaré. Encontramos lá uma antiga colega de trabalho que agora acumulava o cargo de coordenadora e assistente social. Ela concordou com a realização das observações, só faltando a liberação das visitas por parte da presidente da ONG.

Mesmo no aguardo da autorização duas visitas foram realizadas em março/99. Mas qual não foi a nossa surpresa quando na terceira visita fomos avisados pela coordenadora da impossibilidade de continuarmos o trabalho, pois havia recebido ordens expressas da

presidente da “Casa” para não nos atender e a nenhuma outra pessoa que desejasse realizar um trabalho similar.

Infelizmente, nos dois dias que passamos na ONG não acessamos documentos, históricos, atas e projeto da Casa Maria de Nazaré, Unidade Casa dos Anjos. Como não obtivemos a autorização para a realização da pesquisa, por motivos éticos não citaremos o nome das pessoas envolvidas e responsáveis pela ONG em questão.

A maioria dos dados da Casa Maria de Nazaré, principalmente seu histórico, é resultado de nossa passagem pela coordenação da instituição (de abril/96 a junho/97). Na época tivemos a oportunidade de manusear fotos, atas e documentos da organização, bem como conversar com a presidente e demais membros do conselho administrativo.

Para nós fica aqui a dúvida e a discussão quanto a validade das ações desta ONG e do caráter ideológico de seu programa, pois mesmo tendo fins públicos e recebendo recursos públicos impede, sem justificar as causas, o acesso dos cidadãos aos acontecimentos que definem esta entidade.

Como as ONGs estão situadas no mesmo bairro, nos importamos em fazer um pequeno relatório do que é o bairro Parque Itajaí I. Novamente, na falta de documentos, o histórico do bairro Parque Itajaí que vem a seguir, está assentado na fala dos moradores, principalmente na fala de dois dirigentes da Associação de Amigos de Bairro do Parque Itajaí I e II.

Certamente nosso objetivo inicial de realizar uma análise comparativa ficou prejudicado com a falta de dados de uma das entidades: a Casa Maria de Nazaré. Mas a sua recusa serviu-nos para demonstrar qual o tipo de poder e ideologia pode estar a sua frente.

A pesquisa ocupou oito meses de trabalho (de Agosto a Nov/98 e de Fev. a Maio/99), nos quais nos empenhamos em: levantar bibliografia; ler textos e obras sobre o tema; contatar as ONGs escolhidas; realizar observações do dia a dia da entidade; entrevistar crianças, profissionais das ONGs, voluntários, moradores do bairro; juntar documentos, aplicar questionários; contactar e entrevistar representantes de outras instituições do Parque Itajaí

(escola, creche, associação de moradores, igreja, ...); e organizações com as quais mantém relações (FEAC, Comitê Banco do Brasil).

O BAIRRO

Há vinte e dois quilômetros do centro da cidade de Campinas, o Parque Itajai I pode ser considerado um bairro novo, conforme um dos diretores da Associação de Amigos de Bairro do Parque Itajai I e II. O Parque Itajai I tem em média 15 (quinze) anos e o Parque Itajai II, teria não mais de 6 anos, está situados na região noroeste da cidade de Campinas/SP, também definida como Região Campo Grande. Vamos nos ater ao Parque Itajai I, onde se encontra as ONGs escolhidas.

O Parque Itajai é de implantação da COHAB . Os dirigentes da associação de moradores desconhecem a área total do bairro mas sabem que o número total de domicílios se divide em 530 apartamentos e 740 casas. Trata-se de um bairro eminentemente residencial, só que a distância do centro da cidade, fez com que as ruas principais fossem, aos poucos, tomadas por pequenos pontos comerciais. Cabelereiros, sorveterias, quitandas, bazares e bares são encontrados facilmente. Pela configuração dos pontos comerciais, a grande maioria instalado em garagens e anexos da casa do proprietário, a principal função do comércio não é apenas atender a demanda que se criou no bairro, mas prover a sobrevivência do proprietário e sua família.

A população do bairro é pobre, mas não há favela, todos moram em casas de alvenaria, têm água, esgoto, energia elétrica, iluminação nas ruas, guias e asfalto. A pobreza fica retratada: nas residências simples (muitas foram reformadas mas a maioria continua como planejada pela COHAB) ; e na ocupação dos moradores (no geral ocupantes de cargos de baixa ou média remuneração). De acordo com dois diretores da Associação, muitos vivem do comércio informal nos bairros vizinhos ou no centro da cidade.

As outras instituições, de maior importância, que podem ser encontradas no bairro são: uma escola que oferece do ensino fundamental ao médio (estadual), uma creche que já está com capacidade de atendimento esgotada (municipal) e uma grande variedade de agremiações religiosas, com destaque às evangélicas.

É reivindicação antiga da Associação a construção de um posto de saúde no bairro, pois os moradores do Parque Itajai I e II e os bairros Liza, Liliza e Floresta, só podem ser

atendidos na Clínica e Pronto Socorro do Hospital Mário Gatti, 16 (dezesseis) quilômetros distante do Parque Itajaí. Durante o mandato do prefeito Jacó Bittar foi definido a área para a construção do posto, mas nos governos posteriores não ocorreu nenhuma evolução, pelo contrário, o atual prefeito já negou por duas vezes a construção de um posto de saúde naquela região.

Atualmente, um outro pedido dos moradores é a construção da praça que divide o Parque Itajaí I do Parque Floresta. O projeto foi aprovado no atual mandato do prefeito Francisco Amaral e eles temem que a área possa ser invadida por sem-teto, caso o projeto da praça não se concretize.

A marginalidade e a violência são um caso à parte no bairro. *“A polícia está sempre por aqui.”*, essa fala é do proprietário do bar Baitacão que também afirmou *“não tem muita violência no bairro”*. Mas com certeza, não é o que acham os pais das crianças que utilizam as duas ONGs, e nem a diretora da escola estadual, como veremos mais a frente, pois ambos frisaram a luta contra a violência, o medo, principalmente porque a violência vem aliada ao uso e tráfico de drogas entre os adolescentes e jovens.

Em consonância ao exposto pela diretora um dos diretores da Associação de Moradores, diz: *“A violência e o tráfico de droga, também é grande, menor ou igual ao Parque Liza e Liliza” (Geraldo Barbosa)*.

Mesmo admitindo a problemática de violência e drogas, a associação de moradores não manifestou nenhuma reivindicação ou encaminhamento na resolução desses problemas.

CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA DO PARQUE ITAJAÍ I

O passado e o presente do Centro Comunitário está diretamente relacionado com a vida pessoal de uma mulher que atualmente tem 63, a Sra. Ilza Cardoso de Barbosa. Não sendo nossa pretensão uma fixação na história de vida da “Dona Ilza”, que criou 15 crianças, 4 destas adotadas, ainda assim vemos a necessidade de fazer um relato de sua história, pois acreditamos que ela também será necessária na análise comparativa das entidades.

Portanto, assim como parte da história de vida da “Dona Ilza”, presidente do Centro Comunitário, também será apresentado, embora com menos precisão, a história de vida da presidente da outra ONG.

Estas duas mulheres são a base das organizações que presidem.

A baiana arretada

“Quem me conheceu na vida que eu era, dormindo até debaixo de ponte, da Bahia pra aqui, depois de Brasília pra Goiânia. E hoje, eu era pra ser uma mendinga, mas Deus viu que eu sempre lutei. Às vezes a pessoa vira mendigo e diz que é porque Deus não ajuda, não é isso, é porque a pessoa não se esforça, porque eu sempre lutei. Trabalhei para criar meus filhos, nunca roubei, nunca matei, nunca usei droga. Não tive vício nenhum. Eu sempre fui uma mulher desse jeito que cê tá me vendo aí.”²¹

Saindo do estado da Bahia, em 1965, uma jovem de 29 anos, casada, “Tia Ilza” - como é mais conhecida no Parque Itajaí - foi mais uma das migrantes que deixaram sua terra natal para viver melhores dias no sul /sudeste do país.

Da Bahia para Brasília sem documento algum, de Brasília para Goiânia, e finalmente para o estado de São Paulo, mais exatamente Campinas, por motivo de transferência de trabalho do marido, recém empregado numa fábrica.

O local de instalação da família em Campinas foi numa favela : “.. fomos morar num

²¹ Fala da Sra Ilza, em entrevista de Novembro/98.

barraco na favela da Vila Nogueira, onde morei por 22 anos”.

Na favela começou a persuadir os vizinhos à formação de uma associação de moradores para resolver os vários problemas da favela. A Associação de Amigos da Favela Vila Nogueira, teve por três vezes Dona Ilza como presidente, ela foi “peça” fundamental na criação da associação e passou a ser procurada por outras comunidades de favelados, para que organizasse o povo e criasse a associação. Lutou pela urbanização da favela, mais segurança e direitos dos favelados. Sua última vitória foi o estabelecimento de um núcleo para atendimento das crianças.

No plano pessoal, em 1986, finalmente realizara o sonho da casa própria saindo do barraco na Vila Nogueira para a casa popular no Parque Itajai. Neste novo bairro se viu, novamente, impulsionada à trabalhar nas causas sociais: *“meu marido e meus filhos já não aguentavam mais me ver fora de casa, no meio das favelas ajudando as pessoas. Mas, chegando no Itajai, percebi que a pobreza estava em todo lugar. O sofrimento que conheci na Vila Nogueira era o sofrimento que acabava de ver na região do Campo Grande. Era muita pobreza, muito sofrimento e muita criança na rua.”*

A educação tardia

Segundo Dona Ilza, a favela da Vila Nogueira era visitada por “gente de todos os lados, Prefeitura, UNICAMP, médicos, dentistas, gente da PUCC”. Foi nesta época que ela conheceu o Padre Milton da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, que destinava o salão paroquial para as aulas de um professor da UNICAMP, o professor **Paulo Freire**, que desenvolvia um projeto de alfabetização de adultos.

Foi assim que, quase todas as noites, durante dois anos ela frequentou as aulas do professor Paulo Freire: *“... estudei com o Dr. Paulo Freire, ele dando aquele método de não precisar ler e escrever e a pessoa deveria pelo menos aprender a falar, e foi isso que eu aprendi. Eu sei entrar e sair em qualquer lugar.”*

Na época, Dona Ilza ainda tinha vergonha da sua cultura, acreditava não ter conhecimento algum, tendo inclusive vergonha de falar em público, para ela foi Paulo Freire

que a fez vencer essa vergonha.

As fases do Centro Comunitário

1. “O Sopão”, de 1989 a 1993

A primeira impressão de Dona Ilza ao chegar no Parque Itajaí não foi apagada facilmente, e em 1989 reuniu algumas pessoas para visitar os barracos, queria saber a origem daquelas crianças que perambulavam pelo bairro. Entre as pessoas que se reuniam na sua casa surgiu a idéia da Comissão Comunitária do Parque Itajaí.

Foi esta comissão que começou a fazer sopa com legumes e distribuir para a população carente todos os sábados. Por isso é comum os moradores conhecerem o Centro Comunitário como “Sopão”. Os legumes eram fornecidos por moradores com a ajuda de um vereador, o político Jurandir Paixão.

Em 1992, chegou a ajuda dos Comitês contra a fome, e a distribuição do ‘sopão’ começou a ser diária. Crianças e adultos traziam seus pratos ou vasilhas de casa para comer a sopa sentados ali no chão mesmo, no sol ou na sombra de uma árvorezinha próxima, outros preferiam levar para casa. *“Em 92, apareceu o Comitê contra a fome, Banco do Brasil e Banespa. Então eles começaram a nos ajudar, passamos a dar prioridade ao atendimento as crianças que no começo comiam no chão com as formigas mordendo.”*

Formados dentro das Associações de Funcionários do Banespa, e do Banco do Brasil, estes comitês foram a principal ajuda no trabalho. Através da verba dos Comitês o Centro Comunitário construiu um barracão de 115 metros quadrados cobertos por folhas de zinco. O terreno, logo na entrada do Parque Itajaí I, foi cedido pela Prefeitura, com a seguinte disposição de cômodos: uma cozinha, uma outra dependência para cadeiras, mesas e alimentos, que serve de refeitório e sala de atividades, mais dois pequenos banheiros.

Dona Ilza não sabe bem em que momento a sopa passou a ser servida só às crianças, pois como vinham crianças de todos os lugares, a quantidade já não era suficiente para atender aos adultos.

À procura de mais subsídios, a entidade se viu na necessidade de obter seu registro jurídico, até porque as empresas que faziam doações pediam por um algum documento à futura dedução do Imposto de Renda.

2. O “regime de núcleo”, a partir de 1993

Contando novamente com a ajuda dos Comitês, em 09.01.1995, mediante a Lei 8.267, a entidade foi registrada sob o CGC 00.099.339/0001-97, como “Centro Comunitário da Criança do Parque Itajaí I”, e declarada de utilidade pública municipal.

O registro do Centro Comunitário veio dois anos após a configuração do trabalho como núcleo, em 1993.

A clientela, bem como a atuação do Centro Comunitário se encaixa na Política de Assistência Social, segundo caracterização de Costa (1995), já citado neste trabalho.

Atendendo a população do Parque Itajaí e mediações, o Centro Comunitário mantinha as crianças fora das ruas no período extra-escolar, com brincadeiras e refeições, ou seja, complementação alimentar e abrigo provisório. Seria o “*panis et circenses*” da Idade Média? A resposta pode ser positiva, pois a função principal era ocupar e alimentar as crianças. Nos dois primeiros anos a entidade não tinha estabelecido nenhuma proposta sócio-educativa à ação, os voluntários programavam as atividades livremente.

Desta forma, pôde-se dizer que as funções do C.C. eram:

- tirar as crianças da rua do Parque Itajaí I, por segurança ou maiores cuidados;
- liberar a mão de obra feminina para complementar a renda familiar;
- alimentar as crianças.

Qualquer um dos pontos acima foi (e ainda é um pouco), razão de existência desta ONG. É claro que muitos aspectos sofreram modificações: assessoria dos Comitês e da FEAC trouxeram mais profissionalismo e recursos, cresceu-se em experiência os educadores sociais e dirigentes. Desde 1994, há uma formulação educativa, um projeto sócio-educativo, elaborado e entregue à Secretaria Municipal da Infância e Família. Neste projeto, cujo intermediador é o

educador social, a proposta é de resgate educacional, familiar. É trabalhar a auto-estima das crianças, com o cotidiano vivido.

Se mantém desde 1993, a faixa etária da clientela: dos 7 aos 14 anos. E como na fase do “Sopão”, os atores sociais continuaram a ser voluntários. A remuneração e admissão de técnicos só não ocorria por falta de recursos

Em 1997, com 210 crianças por dia. As atividades já eram mais diversificadas: crochê, pintura em vidro e tecido, recorte e colagem, bonecas de lã e outros “mini-projetos”, eram parte das atividades. Ainda não havia professores, ou pessoas mais “estudadas”, como diz Dona Ilza : *“... a gente ficou ensinando o pessoal no barracão (...) nós estamos fazendo da tripa coração para ajudar todo mundo, para agradar todo mundo.”*

Sem exceções, do pessoal de limpeza aos educadores, todos os que se envolviam nas atividades diárias do C.C. só recebiam a alimentação. Inclusive, podemos acreditar que a alimentação era o que bastava para alguns dos voluntários, e o que mais interessava às crianças. No caso do voluntariado nos respaldamos nas declarações das Sras. M. A. e M. F., que primeiro foram voluntárias e agora são, respectivamente, cozinheira e faxineira da ONG :

“... as minhas crianças estava desnutrida (...) até eu tava magra e desnutrida, foi a comida daqui que me ajudou. Eu e minhas filha deve muito pro Centro Comunitário. ” – (M. A., 45 anos, tem 3 filhas no C. C.)

“Comecei a vir aqui no dia 12/10/94 (...) só vinha pra comer, na época eu ganhava uma cesta básica do Comitê contra Fome.” (M. F., 43 anos - trecho retirado do livro dos voluntários)

A chegada das parcerias

Em março de 1997, a FEAC - Fundação das Entidades Assistenciais de Campinas aceitou a filiação do Centro Comunitário. Esta filiação conferiu à ONG:

- repasse mensal de verba;

- auxílio em projetos sócio-educativos, inclusão em projetos da FEAC;
- acompanhamento na área de assistência social, pedagogia, construção, nutrição, arquitetura, e gerenciamento.

Esta verba foi o que tornou viável a contratação de funcionários, melhor dizendo significou a passagem de alguns voluntários à funcionários. Em Abril/99, o quadro funcional, entre funcionários e voluntários, era o seguinte:

- 2 faxineiras (sendo uma funcionária)
- 3 cozinheiras (sendo duas funcionárias)
- 1 office boy
- 1 secretária
- 6 educadores (funcionários)
- 2 costureiras (sendo uma funcionária)
- coordenadora (presidente da ONG, sem remuneração)

Muito embora o corpo de voluntários tenha um número flutuante, o que é normal nas ONGs, pode-se dizer que pelo menos 15 pessoas passam semanalmente algumas horas do dia no Centro Comunitário. Há dois voluntários diretos dos educadores.

Para algumas destas pessoas o trabalho voluntário já está arraigado em suas vidas. A Sra A, 64 anos, é um bom exemplo disto. Há 15 anos no bairro, onze deles como voluntária no Centro Comunitário a Sra A. vinha todos os dias, agora, a pedido da presidente, vem duas vezes por semana: *“Gosto de trabalhar no meio da criançada, a gente vive mais, se distrai mais. Deus parece abençoar a gente (...) por mim eu vinha todo dia.”*

E sempre fica uma semente da cidadania, Camila, 14 anos, participou por quatro anos nas atividades do C.C., há dois meses volta lá todas as tardes para ajudar e aprender a fazer lingerie: *“Já fui daqui. E como não tinha nada pra fazer em casa, resolvi vir ajudar e aprender também”*.

Segundo a presidente, um dos voluntários mais valorosos, é um médico oftalmologista que faz atendimentos quinzenais na ONG. E este valor não é só por ele ser médico mas por ser

um profissional reconhecido, com duas clínicas para atender e ainda assim doar-se num trabalho voluntário.

“... o povo só fala: eu vou ajudar as crianças e no fim ninguém ajuda nada (...) a gente tem que fazer por amor e não por dinheiro”. (Presidente)

Além de contribuições de moradores do bairro e eventuais pessoas físicas e jurídicas, a entidade recebe mensalmente, recursos financeiros e por vezes materiais, através dos seguintes parceiros:

- Comitê contra a Fome da Associação dos Funcionários do Banespa;
- Comitê contra a Fome da Associação dos Funcionários do Banco do Brasil;
- FEAC – Fundação das Entidades Assistenciais de Campinas
- Donald Graber
- Conselho Municipal de Assistência Social, onde tem o registro nº 106
- Deputado Federal Doutor Hélio
- Deputado Estadual Carlos Sampaio
- Henry Du Pont da Robert Bosch

Os serviços prestados

Conforme Informativo do primeiro trimestre de 1999 (anexo nº 01.) os serviços prestados em 1998 foram:

1. Atendimento às crianças e adolescentes (7 a 14 anos):
 - encaminhamento à emprego;
 - atividades esportivas e sócio-culturais no SESI ²²
 - encenação da peça teatral “A vida nas ruas”
 - atendimento médico
 - festas comemorativas

²² A participação neste projeto do SESI é fruto de parceria SESI-FEAC, que a entidade tem direito por ser filiada a FEAC. As atividades acontecem no SESI – Anhanguera. O transporte é de responsabilidade da FEAC.

2. Curso de Corte e Costura
3. Auxílio à gestantes e idosos
4. Atendimento oftalmológico gratuito
5. Oficina de costura (produção de lingerie e roupas)
6. Bazar de roupas
7. Distribuição de frutas e legumes, para as famílias cadastradas. Estes alimentos vêm do projeto ISA²³.

Conforme o mesmo informativo, os números do atendimento em 1998 ficaram em:

220 crianças atendidas diariamente

7000 refeições por mês

20 adolescentes encaminhados para o mercado de trabalho

1500 consultas oftalmológicas

60 famílias cadastradas para o recebimento de legumes e frutas

36 mulheres no curso de corte e costura

A clientela usuária

Com o intuito de saber qual qual a visão/percepção da clientela sobre o serviço oferecido pela ONG, aplicamos questionários (anexos nº 2 e 3) com 2% das crianças que frequentam o C.C. (44 questionários) e com 1% dos pais/ responsáveis (22 questionários).

As respostas das crianças renderam ao seguinte resultado:

1. Tempo que participa das atividades

Mais de 1 ano – 65%

Até um ano – 27%

Menos de 6 meses – 9%

2. Motivo de frequência

Alimentação – 4%

Atividades – 43%

Amigos – 13%

Desejo/ pressão familiar – 19%

Outros motivos - 19%

3. O Centro Comunitário é igual a escola ?

- Sim - 11%

- Não – 89%

4. As atividades que acontecem aqui no Centro Comunitário ajudam a “melhorar” na escola ?

Sim – 100%

5. Você acredita ter “mudado pra melhor” por estar participando do Centro Comunitário ?

Sim - 100%

6. Sua família acha importante a sua frequência no Centro Comunitário ? Por que ?
Conforme os filhos, 100% das famílias julgam importante o trabalho do C.C..

Destes 100%, as causas se dividem em:

- possibilidades de emprego pelo C.C. – 30%

- segurança (ficar fora da rua) – 56%

- alimentação – 10%

- atividades – 4%

7. Já participou de outra entidade ?

Nunca - 100%

²³ A entidade recebe os alimentos do “ programa de processamento de alimentos para população de baixa renda, usuária dos serviços municipais e das entidades filiadas a FEAC – Instituto Solidariedade para Programas de Alimentação - ISA

Das respostas dos familiares temos os seguintes percentuais:

1. Nível de escolaridade

1º grau incompleto – 94%

1º grau completo - 6%

2º grau incompleto – 0 %

2º grau completo - 0%

nível técnico e/ou superior – 0%

2. Nº de filhos na ONG

Um filho – 8%

de 2 a 3 filhos – 88%

de 4 a cinco filhos – 4%

3. Maior motivo do filho frequentar o Centro Comunitário

Segurança – 85%

Alimentação – 5%

Atividades – 10%

Algumas falas dos pais / responsáveis:

“O Centro Comunitário ajudou não só a minha família, mas muitas outras. Até com a educação sexual” (M^a A., 45)

“É muito importante as atividades aqui do Centro. Ela vem pelas atividades, e por eu estar aprendendo a conhecer melhor a minha filha, ela se solta mais” (J., 31).

“O núcleo também deveria ter o que o mercado de trabalho está pedindo, com cursos técnicos”(A.,28).

“O que a minha filha está aprendendo vai ser importante pra ela no futuro”(A

., 30 anos mãe de L. de 14 anos, inscrita no Corte e Costura).

“O núcleo pode dar uma escola melhor, um serviço pra ela” (D., 36 anos mãe de L., 8 anos).

Como vemos, as esperanças e perspectivas deste grupo (pais e responsáveis) quanto à proposta de trabalho do Centro Comunitário é bastante grande. O processo sócio-educativo até pode ir de encontro com a construção de cidadania, mas para os pais o C.C. é extremamente necessário na segurança dos filhos (85%).

A baixa escolaridade deste grupo (94% com 1º grau incompleto) poderia muito bem impulsionar a importância da atividade sócio-educativa aos seus filhos mas isto não ocorre, apenas 10% elegeu “as atividades” como principal motivo da frequência da criança/adolescente. Embora muitas mães sejam trabalhadoras, as que ficam em casa se dizem incapazes de “segurar” seus filhos, deixando-os longe dos “perigos das ruas” .

Algumas falas das crianças:

“Ficar aqui é muito melhor que ficar na rua se envolvendo em brigas. (J., 13 anos).

“... eu estaria sozinha com o meu irmão, daí ele me tranca e sai para rua” (J., 9)

“O tio Reginaldo ajuda muito a gente a fazer a lição. E a comida daqui é muito gostosa” (L., 8).

“A gente faz lição aqui, lição da escola. Eu aprendo mais aqui do que na escola.” (J.M., 8).

“Aqui é mais seguro e tranquilo, por isso minha família gosta que eu venha. A gente está mais tranquilo aqui que na escola (...) a Dona Ilza ajuda a gente, dá comida” (J.G., 7).

É relevante dizer que 65% dos entrevistados estão a mais de um ano frequentando o C.C.. Resguardada as limitações destas crianças que não participaram de nenhum outro programa de atendimento, acreditamos que este espaço de tempo (mais de um ano) seja suficiente para uma avaliação. Infelizmente, o C.C. não tem fichas de acompanhamento da criança usuária. O que nos renderia um bom material para análise.

Mais uma vez, as falas registram a importância do Centro Comunitário, agora para a criança: segurança, comida, ajudar nas atividades escolares, é melhor espaço que a rua. Mesmo com todas as limitações no trabalho, o geral é agradável e útil para a criança (100% acredita que ajuda na escola) e confirma a busca de segurança expressa pelos pais (56%).

O projeto sócio-educativo

Conforme nossos objetivos, vamos analisar o projeto da ONG a partir do documento da entidade (anexo nº4). Utilizaremos também as observações realizadas nas atividades desenvolvidas.

O projeto elaborado é apresentado à Secretaria de Ação Social, servindo também para petição de verbas. Sua forma já foi estabelecida previamente, devendo nele constar os seguintes itens:

- a) identificação da entidade
- b) justificativa
- c) população alvo
- d) objetivo
- e) recursos (humanos, materiais e financeiros)

- f) fontes de recursos
- g) metodologia
- h) avaliação

O que o estudo de tal documento traz para nós ? Dizem que de boas intenções o inferno está cheio, e bem avisados estamos da distância entre discurso e prática. Pois bem, mas uma análise do discurso e coesão deste projeto, na verdade “Programa de Atividades” servirá para ampliarmos nossa compreensão sobre a formação cultural, política e ideológica da ONG.

A localização e configuração do bairro é utilizada como justificativa do trabalho do C.C., o que já indica o caminho da proposta sócio-educativa: prevenir a marginalidade e contribuir para a conquista plena da cidadania: “O Centro Comunitário (...) localiza-se em uma área caracterizada por graves problemas sociais, apresentando alto índice de violência e criminalidade, além de uma falta muito grande de recursos sociais que atendam a essa população, prevenindo situações de risco e marginalização.” (p.1)

No documento está previsto os critérios de admissão (crianças e adolescentes de família de baixa renda com frequência comprovada na rede de ensino), mas não define como estes critérios serão aplicados. A obrigatoriedade de frequência na escola, como já dissemos, pode vir a ser um motivo de exclusão. E esta é uma atitude perigosa se não houver um acompanhamento da vida escolar desta criança. Há que se ter muito cuidado para não reproduzir nesta organização as mesmas leis e diretrizes da escola. O grupo gerador destes critérios deve discutir muito bem as situações contravérsias.

“Atender em regime de apoio sócio-educativo em meio aberto”, nada mais é que o já propalado “regime de núcleo”.

Com relação a metodologias, cita-se o Projeto “Educar Cidadãos”, cujas atividades deverão estar centradas em três eixos: comunicação, criatividade e expressão corporal. De fato, o que foi observado na ONG parece estar dentro do programa, principalmente na menção de atividades com sucata e expressão corporal (pg.4).

Observamos que tanto o trabalho do eixo comunicação, como o de criatividade, são constantemente prejudicados pela falta de material. O pequeno espaço e a falta de educadores mais preparados, são outros aspectos que afetam as atividades. Estes problemas impedem que as atividades que compõem o cronograma semanal aconteçam e obedeçam “.. as necessidades, diferenças e ritmo de cada um”(p. 4). A falta de material e o despreparo do educador limita as atividades, a falta de espaço não permite a continuidade de alguns projetos, como o de escultura em argila e o da construção de brinquedos de sucata, já que não há espaço apropriado para guardar as peças das crianças.

Os contatos com a comunidade e a escola, à serem promovidas durante o ano, incluem palestras, festas e campanhas (agasalho, recicláveis) esbarram-se, no mínimo, na falta de tempo dos educadores e na corrida administração do C.C. em formularem tais encontros. A família, por enquanto, é o que marca presença em reuniões obrigatórias, onde pais ou responsáveis devem assinar uma lista de presença, pois se não comparecerem por três (03) meses, seus filhos perdem a vaga no Centro Comunitário.

Uma vaga no Centro Comunitário pode ser bastante concorrida, no momento conta com 210 crianças e uma lista de espera com 50 nomes.

Também é citado no projeto, as parcerias do C.C.: FEAC (atividades esportivas, assessorias, recursos, etc.); no incentivo ao trabalho com o Projeto Casa Amarela, CPFL, EMDEC, Correios e Telégrafos. Estas parcerias para o ingresso no mercado de trabalho é o maior incentivo para os adolescentes que frequentam o núcleo, pois eles esperam ansiosamente por um trabalho posterior a ser “arranjado” pela “Dona Ilza”.

“Eu não vou sair do Centro Comunitário enquanto eu não fizer 14 anos, pois com 14 anos eu vou poder fazer cursos. E depois, se estiver desempregada, terei mais de uma profissão. Vou ser sexóloga ” (D., 11).

“Minha mãe acha importante eu vir aqui, principalmente porque quando eu completar 14 anos vou poder fazer cursos.” (P., 12).

No programa de 1998, a entidade entendia que a qualidade de atendimento seria garantida pela assessoria técnica dos profissionais da FEAC – Fundação de Entidades Assistenciais de Campinas, com acompanhamento e orientação nas áreas de Serviço Social, Pedagogia e Nutrição.

Muito embora a fala da assistente social da FEAC seja coincidente ao esperado pela ONG, “... *nesta assessoria nós trabalhamos muito com melhoria de qualidade de trabalho e para isto nós fazemos as orientações, capacitações, inclusive operacionais das entidades, nas visitas e em outros momentos.*”, acreditamos que esta crença da ONG demonstra certa ingenuidade, já que estes agentes externos têm ações pontuais nas ONGs filiadas, não permitindo colocar nesta relação o peso da responsabilidade qualitativa, como faz o C.C..

O céu e o inferno

“Primeiro tem a roda, e aí eu procuro seguir uma lista pra ver a presença da criança. Aí formamos a roda. E eu tenho minha idéia reservada, é lógico, claro você tem que ser uma malinha de surpresas, não pode entrar numa roda sem nada, sem uma idéia. A não ser que você pergunte para eles se todos estão de acordo ou se eles têm idéia. Às vezes têm, às vezes não, as vezes não tem espaço ou material suficiente.”(N., 38).

N., é educadora em período integral, mãe de três filhos, a quatro anos é voluntária no Centro Comunitário, passou pela cozinha, secretaria e agora, há dois anos, está como educadora social. Conheceu Dona Ilza quando moravam na favela da rua Moscou, a enchente levou seu barraco e a COHAB a trouxe pro Parque Itajaí.

N. é dona de um grande sorriso, e fica com as crianças de 9 a 10 anos de Segunda a Sexta, as 7:30 da manhã esta chegando no Centro Comunitário. Voltou a estudar em 1997, “*Antes eu tinha estudado só até a Quinta série e depois que eu comecei a trabalhar com as crianças a Dona Ilza falou que era muito importante eu voltar a estudar. Ai eu falei para ela*

: Olha Dona Ilza eu adoro trabalhar com as crianças e se for preciso voltar a estudar e volto. Voltei para escola. Agora estou terminando a oitava.” Incrível como esta mulher mostrou eficiência e capacidade prendendo a atenção de 42 crianças, às 15:00 hs de uma tarde quente, sob um teto de zinco, com uma história de “Como arranjar vaga numa entidade.”.

Agora funcionária de 1 salário mínimo por mês (cortou-se a cesta básica por razões financeiras), esta educadora faz crer na capacidade do voluntariado que cresce e principalmente, naquele discurso de que conscientização e construção de cidadania estão presentes nas ONGs. Este caso é ótimo exemplo de que o indivíduo pode ser resgatado de um processo de alienação pela participação em lutas sociais.

Os outros educadores também parecem bem conscientes de seu papel e tentam da melhor maneira e apesar das várias limitações (formação profissional, espaço, material) construir um ambiente acolhedor, criativo e cheio de gentilezas para as crianças.

Se os educadores são o “portal do céu” no Centro Comunitário, a infraestrutura e estrutura são os “beirais do inferno”. A ONG não tem recursos para melhorar o espaço físico e investir em mobiliário. Os educadores podem ser bons, mas o espaço não é suficiente e apropriado para a maioria das atividades. Propagação do som, falta de mesas, cadeiras. Ausência de banheiros, e locais para guardar o material em uso, ou salvaguardar os projetos em andamento.

A COHAB deixou em regime de comodato o terreno ligado ao Centro Comunitário e eles têm até o final do ano 2000 para construir o novo prédio. Caso isto não ocorra o terreno pode ser requerido em devolução. Atualmente a construção no terreno está parada e não chegou na fase da cobertura. A doação de uma “cozinha industrial” está esperando a cobertura destes cômodos já que a entidade não tem onde colocar tais equipamentos.

A falta de assistente social para encaminhamentos familiares e de projetos para captação de recursos (ou outro profissional que o faça) está prejudicando radicalmente o desenvolvimento das atividades da ONG. Veja a fala de Dona Ilza : *“Mais eu queria assim, que tivesse uma assistente social que ficasse aqui com a gente, porque nós precisamos fazer projeto. Ainda bem que eu tenho uma menina aqui comigo, que desde pequena foi criada no*

núcleo da Vila Nogueira, e ela aprendeu muita coisa, ela faz a contabilidade e manda pra FEAC, ela faz os projetos, mas aí ela precisa de uma assistente social para acompanhar e ensinar porque ela só tem até o primeiro colegial...”.

Sem formação continuada ou incentivos pedagógicos não há herói que sobreviva, já está ocorrendo um desgaste dos educadores, que não têm formação suficiente para suplantar as necessidades das crianças e dificuldades do trabalho sócio-educativo, principalmente em se tratando da problemática da clientela atendida.

“São 220 crianças que eu tenho aqui, é uma situação bem carente, a região do Campo Grande é muito violenta e muito carente, com muito problema de família, cê nem imagina. Então a gente faz um trabalho para que tire estas crianças da rua (...) Meus pais me falam que desde pequena eu gostava muito de brincar com criança, eu fazia bonecas de pano, eu fui amiga dos cachorros. Eu não queria ver nada sofrer”.

CASA DE MARIA DE NAZARÉ – C.M.N.

A presidente da entidade

Filha da classe alta, a Sra M. estudou em colégio de freiras e completou seu curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Católica de berço, sempre frequentou e participou das atividades da Igreja. Casou-se com um político, com o qual teve um filho.

Na coordenação da C.M.N., de 96 a 97, pude notar que muito embora a presidente estivesse sempre envolvida no trabalho diário da entidade, vez em sempre citando a necessidade deste, seu relacionamento com as crianças era um tanto quanto frio e formal, M. bem pouco se aproximava das crianças e sequer se interessava em saber o primeiro nome das mesmas. Suas preocupações na ONG se limitavam às tarefas burocráticas e religiosas. Os problemas de ordem financeira eram citados em todas as reuniões mensais, com os funcionários e com o Conselho.

Cumpre salientar que o que estamos colocando é ciência do período trabalhado na entidade. Mesmo não sendo muito, temos certeza que para compreender a dinâmica da instituição e sua evolução, é preciso entender a presença de sua presidente.

Lembramos que a falta de dados da C. M. N. aconteceu por impedimento da Presidente à nossa pesquisa. E pelo que sabemos esta negativa já foi proferida a vários pesquisadores ou pretensos estagiários. Nos parece que a presidente trata a entidade como uma propriedade sua, como algo de poder privado, centralizando o poder de decisão, denunciada até pela alternância entre os cargos de presidente e vice-presidente da ONG.

Origem

Fundada em 1989, a Casa Maria de Nazaré, enquanto núcleo, é uma formulação nascida no Grupo de Oração da Catedral Metropolitana da cidade de Campinas.

Em 1988, a pretensão das senhoras era oferecer algo aos meninos e meninas de rua que transitavam pelo centro, observando principalmente aqueles que paravam nas escadarias da

catedral para mendigar após as celebrações religiosas. Lanches, brincadeiras e uma conversa informal começaram a ocorrer nos finais da missa de sábado e domingo. Um grupo de 4 a 6 mulheres se organizavam para trazer lanches e organizar brincadeiras entre estas crianças.

Neste período, a atual presidente da C.M.N., desde o princípio mobilizadora da ação, influenciou profundamente o grupo a pensar em um novo tipo de atendimento. Muitas crianças que moravam nas ruas pediam abrigo permanente esperando que aquelas senhoras as tirassem da vida de pequenos roubos e mendicância. Algo haveria de ser feito para ajudar àquelas crianças a saírem daquele estado deprimente e não cristão, refletia M. com o grupo de senhoras.

Mas o sonho era grande, o número de crianças e adolescentes ao final das missas já ultrapassava a casa dos 50 . Como encontrar uma casa para abrigar parte destas crianças ? Quem seria o responsável por esta obra ? E principalmente, de onde sairia o dinheiro ? Estas preocupações alimentavam as discussões do grupo, composto por mais ou menos 10 pessoas. Sendo a maioria mulheres casadas, numa faixa etária de 32 – 50 anos, corriam em seu desfavor: a indisposição dos maridos frente a ação planejada; a sobrecarga dos afazeres domésticos e profissionais e a inesperienza de todas elas. Também preocupante era prever como seria trabalhar com aquelas crianças que perderam parte dos hábitos de higiene, um tanto quanto violentas, algumas envolvidas com drogas, fora da escola, estando, a maioria, longe dos pais. Bastaria a disposição e a resignação religiosa em servir ao outro, em atender o pobre, para o sonho virar realidade? .

Em conversas com a presidente da C.M.N, durante o período em que lá trabalhei, ela afirmara que o grupo tinha muita força e os contatos começaram a ser realizados com o intuito de arrebanhar mais trabalhadores para a obra. O cônego, outras paróquias e comunidades foram contatados e informados do objetivo do grupo: alugar uma casa para trabalhar com as crianças. Enfrentaram muitos risos e testas franzidas, alguns temiam pela segurança das mulheres e das crianças e havia também os incrédulos no objetivo de resgate daquelas “crianças perdidas”.

O marido da presidente, homem envolvido na política da cidade, conseguiu assegurar

alguns importantes financiadores do projeto, dentre eles a Prefeitura Municipal de Campinas. Ao grupo coube organizar bazares de roupas e sapatos, rifas e contribuições espontâneas para formar um capital inicial. A comunidade se animou a ajudar, houve inclusive um aumento no número de pessoas envolvidas nas atividades com as crianças.

Enquanto a frente da catedral lotava de crianças, o sonho já se aproximava da realidade; a casa 53 da rua Antônio Álvares Lobo, no centro da cidade, foi alugada por um semestre. Mais tarde o imóvel foi comprado, passando a ser o prédio da organização. Paralelamente a compra da casa, o grupo decidiu fazer uma triagem entre as crianças para definir quais seriam as primeiras a frequentar a entidade, para isso contrataram uma assistente social, que também desenvolveria o projeto de atendimento.

Ao longo dos anos, várias assistentes sociais trabalharam na entidade, a razão das constantes mudanças, conforme a própria presidente e o histórico de atividades da ONG, era sempre a mesma: insubordinação da assistente social ao Conselho e a presidência.

A Casa Maria de Nazaré já trabalhou com crianças e adolescentes em “situação de rua”. Teve educadores de rua que faziam “o namoro” com as crianças e depois as convidavam para conhecer a Casa. Dizem que estes foram os tempos mais difíceis, onde a ONG foi arrombada e depredada pelos próprios usuários, por mais de uma vez. Estes problemas redefiniram a clientela da ONG: de crianças e adolescentes de rua para crianças e adolescentes de bairros pobres, que morassem com suas famílias, estivessem matriculados e frequentando a escola (norma de ingresso do regime de núcleo).

Definiu-se uma faixa etária para ingresso dos meninos e meninas: de 7 a 14 anos, mas como o espaço era muito pequeno, o trabalho com grupo misto trazia problemas de diversas ordens. Por isso, em 1992, definiram novo grupo de trabalho: só meninos, também de 7 a 14 anos. Este tipo de clientela (idade e gênero) foi atendida na Casa Maria de Nazaré até a inauguração da Unidade Casa dos Anjos, em 1998.

Dois semestres antes da inauguração da nova unidade, a pedido da FEAC, encerraram-se as atividades com crianças na C.M.N. da rua Antonio Álvares Lobo. O programa de atividades nos últimos anos de ação da C.M.N. no centro, se dividia em: refeições, banho,

reforço escolar, marcenaria, capoeira, jogos livres, futebol e formação religiosa (católica) . Dois monitores e duas professoras de 1ª a 4ª série, cedidas pela prefeitura, eram os educadores da ONG.

A meta da entidade em 1986, defendida pela presidente nas reuniões com os funcionários e técnicos, e no Conselho Administrativo da ONG, era a implantação de um núcleo em algum bolsão de pobreza de Campinas. O terreno já havia sido solicitado à Prefeitura, e o marido da presidente estaria pronto a ajudá-la. Ensinar a plantar, cuidar de hortas e jardins deveriam estar presentes na ação educativa deste novo núcleo, para que a clientela usa-se este conhecimento para sua sobrevivência futura.

Sabe-se, que em 1997, no início da gestão do atual prefeito de Campinas, Sr. Francisco Amaral, o marido da presidente da C.M.N. foi nomeado Secretário da Habitação. E exatamente neste mesmo ano iniciou-se a construção da nova unidade da Casa Maria de Nazaré, num dos bolsões de pobreza de Campinas, conforme a presidente da entidade pretendia.

A nova unidade

O novo endereço da Casa Maria de Nazaré, ganhou um novo nome: “Casa dos Anjos”. A área construída no Parque Itajaí equivale a 7 Centros Comunitários, ou seja, “a unidade ocupa um terreno de 3,5 mil metros quadrados, doado pela Prefeitura Municipal, e a construção do prédio de 900 metros quadrados de construção, contou com recursos próprios e o apoio financeiro do Instituto Abrasso (R\$ 115.000,00) e da Fundação FEAC (R\$ 204.203,00)”²⁴ a extensa área a volta do prédio servirá para ampliações futuras (conforme a coordenadora atual).

A unidade foi inaugurada em Abril de 1998, com uma clientela de 200 crianças de 7 a 14 anos, de ambos os sexos. Em Março de 1999 conta com 210 usuárias e uma lista de 80 crianças na espera de vaga.

A unidade Casa dos Anjos oferece, assim como o Centro Comunitário, quatro refeições diárias: uma na entrada e outra na saída dos períodos da manhã e da tarde.

²⁴ Jornal da FEAC, Ano 5, nº 13, p. 6 Agosto/1998

As atividades se dividem em: “sócio-educativas voltadas à complementação escolar, como artesanato, marcenaria, acompanhamento social, psicológico e reforço escolar. As famílias são assistidas através de entrevistas domiciliares, fornecimento de cestas básicas e encaminhamento a outros recursos” (Jornal da FEAC, Ano 5, nº 13, p. 6 Agosto/1998). A direção das atividades fica a cargo das professoras (que têm como critério mínimo de admissão, a formação no magistério). São chamadas de professora pelas crianças, e para se diferenciarem fazem uso de um avental rosa.

O único educador do sexo masculino é um capoeirista e marceneiro, que ensina as duas artes na ONG.

O quadro funcional na Unidade Casa dos Anjos é o seguinte:

3 professoras contratadas

2 professoras cedidas pela Prefeitura Municipal. Note que a rede municipal afastou vários profissionais de cargos como este, em entidades assistenciais, mas a C.M.N. não teve problemas em manter os dois profissionais. Cremos que isto também denota o poder reivindicativo da organização frente ao poder municipal

1 capoeirista e marceneiro

2 faxineiras

2 cozinheiras

1 secretária

1 motorista

1 assistente social

1 coordenadora (formada em Assistência Social)

A estrutura física é ótima, comportando muito bem as 90 crianças do período da manhã e as 120 do período da tarde, estando desta forma distribuída :

1 sala de artes

1 sala de vídeo/ biblioteca

- 1 sala da brinquedoteca
- 1 sala para reuniões psicodramáticas – “Sala Abrindo Caminhos”
- 1 sala para a marcenaria
- 3 salas não temáticas, no modelo escolar (lousa, mesa e cadeiras)
- 1 pátio coberto para jogos ,capoeira ou outras atividades
- 1 sala de reuniões
- 1 sala da coordenação e secretaria
- 1 cozinha
- recepção
- área de serviço
- refeitório para 60 crianças
- 4 banheiros para uso feminino
- 4 banheiros para uso masculino
- 3 banheiros para os funcionários e visitantes

Os serviços prestados

A coordenadora nos disse que cada professora trabalha com projetos de autoria própria .A sala de artes é a única de uso, praticamente restrito, à professora de artes. Todo o restante de salas é utilizado conforme a programação e acontecimento das atividades. As turmas se dividem durante o período passando por duas ou três atividades, sempre juntos de um professor.

Enquanto filiada da FEAC, a ONG também participa do projeto ISA e do Projeto em parceria com o SESI, citados no programa do Centro Comunitário.

Voluntariado

Há somente duas voluntárias em contato direto com as crianças, são as evangelizadoras que reservam um tempo da semana para falar sobre a fé cristã às crianças que quiserem. A maioria das crianças frequenta estes momentos.

O restante dos voluntários estão fixados na fabricação de doces em compota e nas promoções (bazares, chás beneficentes, e qualquer outra atividade que venha gerar recursos).

Podemos dizer que o corpo de voluntários da Casa Maria de Nazaré, é um corpo feminino, com senhoras na faixa dos 30 – 60 anos, solteiras, casadas e viúvas.

A unidade centro

A Casa Maria de Nazaré continua a respirar na rua Antonio Alvares Lobo, 53. Lá encontramos em ação a principal fonte de recursos financeiros da entidade: fabricação de salgados e doces.

A venda destes comestíveis é realizada diariamente em frente a catedral da cidade e responsável, segundo a coordenadora, por um terço dos recursos mensais que chegam na entidade.

Esta unidade deixou de ser utilizada para o trabalho sócio-educativo em 1997. Lá mantém cinco funcionários: duas pessoas na fabricação de doces e salgados, outras duas na venda direta e um rapaz para ajudar no transporte.

Os recursos

Por informações da coordenadora, além das “ofertas” recolhidas no Grupo de Oração que acontece toda Quinta-feira na Catedral, engrossam o capital mensal da entidade, o capital proveniente de:

- Venda de doces e salgados;
- FEAC - Fundação das Entidades Assistenciais de Campinas (recurso)

- Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS (recurso)
- Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS (recurso)

Algumas observações paralelas sobre a C.M.N – Unidade Casa dos Anjos

a) sobre a clientela

“Elas tinham armas brancas. Sabe lá o que é isso ?! São as unhas (...) Eu já fui ameaçada, já apanhei de um menino de 9 anos” (A. , coordenadora).

A coordenadora lembrou com apreensão dos primeiros quatro meses que tentou arranjar formas daquelas crianças não depreedarem o prédio novo, não se engalfinharem durante os intervalos com socos e palavrões. Lembrou também do desespero de várias delas em comer exageradamente nas refeições e chorar no momento de saída por não querer voltar para casa.

“Agora são outras crianças, o banheiro fica limpo o dia todo, nós conseguimos sair para vários lugares com eles. Já a turma que entrou neste ano, ainda não dá pra fazer isso, eles não sabem se comportar mesmo, xingam as pessoas, tiram a gente do sério”. (Coordenadora). De fato, os corredores da entidade e todas as demais dependências estão limpas. Ao final da utilização da sala, alguns minutos são reservados para a turma arrumar a sala.

A professora tem tempo suficiente para planejar suas atividades e organizar a sala para a execução junto de seus alunos ou sozinha.

A fila para a entrada no refeitório acontece sem muito transtorno. Estão disponíveis 60 lugares no refeitório, o que deixa um grande número de crianças na espera.

b) sobre o bairro

“A pobreza vem acompanhada pela grande violência com que sobrevivem crianças e adultos. O tráfico de entorpecentes faz parte do cotidiano da população, e as crianças estão

envolvidas num cenário de violência, onde a polícia aparece como paliativo, às vezes é a vilã da história para as crianças. E talvez seja mesmo". A coordenadora da Casa de Nazaré, assim se expressou quando lhe perguntei sobre o bairro e sua população.

Na unidade Casa dos Anjos, além dos moradores do Parque Itajai, muitas crianças são moradoras dos bairros Liza e Liliza, onde duas favelas são constantemente observadas por policiais. O tráfico de drogas toma conta da principal rua da favela do Liliza (uma médida de 200 barracos). A ONG já foi ameaçada pelos traficantes, por diversas vezes o helicóptero da polícia pairou sob a entidade para observar o "movimento" da favela, o que gerou desconfiança dos traficantes e o recado para a coordenadora não mais chamar a polícia, com a promessa de cometer "*uma limpeza geral*" na entidade, caso isto continuasse a acontecer. A coordenadora retornou aos traficantes, dizendo também estar em desacordo com a ação policial, pois colocava em risco as crianças da entidade, e negou ter realizado qualquer pedido de ação policial.

Por fim, conforme a coordenadora, o clima no bairro é de constante risco de vida. É necessário manter uma distância e um respeito para com todos, pois não se sabe a hora ou de onde pode surgir algum problema.

Relações com as outras instituições

"Pode-se dizer que ainda não foi estabelecida e por enquanto não houve a necessidade. É muito importante, mas eu não tenho tempo de sair daqui, a Dona M. liga direto para saber onde eu estou e o que estou fazendo. Eu conheço mais é a diretora da 'Rui Rodrigues', com ela eu tenho contato".(coordenadora)

a) no bairro

A escola estadual "Rui Rodrigues" é bem próxima da ONG, o que permite mais facilmente este contato. No ingresso da criança na escola, no acompanhamento escolar, há casos onde Casa dos Anjos e escola têm mais contato, principalmente, naqueles casos de

crianças com problemas reincidentes de falta e comportamento julgado ruim.

Nenhuma agremiação religiosa, associação ou movimento do bairro estão ligados ao trabalho da ONG. O contato com o Centro Comunitário também não existe, a coordenadora conhece o trabalho mas disse não ter tempo de ajudá-los.

b) na cidade

A principal ligação é com o Grupo de Oração da Catedral Metropolitana. Todos os integrantes do Conselho e Diretoria da ONG são elementos do grupo de oração. Inclusive, vários momentos de reflexão acontecem dentro da ONG, mas não incluem as crianças.

Além do marido da presidente, outros políticos já estiveram em visita à Casa dos Anjos, todos partidários do referido senhor. A coordenadora disse não haver vínculo da entidade com nenhum partido ou pessoa política.

O futuro

Conforme a coordenadora a presidente deseja, em breve, reativar o trabalho com crianças de rua: *“Ainda vão ouvir falar muito da Casa Maria de Nazaré !!. Logo ela vai começar a contratar educadores de rua !!”*.

“O próximo passo da Casa dos Anjos , segundo M., será a construção de um barracão para realização de festas que irá aumentar a renda da entidade e funcionamento de novas oficinas com a participação das crianças e das mães da comunidade”. (Jornal da FEAC, ano 5, nº 13, pg. 6, Agosto/98)

RELAÇÃO DAS ONGS (C.M.N. E C.C.) COM OUTRAS ENTIDADES

1. A Associação de Amigos de Bairro do Parque Itajai I e II

Entrevistamos dois diretores da Associação, o Sr. Geraldo Batista de Oliveira e o Sr. Cláudio Rovedo. O local escolhido pelos diretores para a entrevista foi um bar, o bar de propriedade do Presidente da Associação, conhecido como “Baitacão”. O presidente não pôde nos atender pois surgira “um bico” de segurança para fazer.

Formada desde o início do bairro, há mais ou menos 15 anos, a associação não tem sede, seu trabalho se resume em fazer petições à Prefeitura Municipal ou outro órgão reivindicando benfeitorias ao bairro. Como já dissemos, a luta atual é pela construção de um Posto de Saúde no Parque Itajai I.

a) com relação ao Centro Comunitário

Manifestaram o conhecimento do trabalho, desde a fase do “Sopão”. Sabendo bem do que se trata os serviços da ONG, os diretores acreditam que ele seja de muita importância para os moradores do bairro, mesmo assim, nunca fizeram nada em conjunto. Nunca foram convidados para uma reunião ou bate-papo com os dirigentes do C.C. mas assim se manifestaram quanto a presidente:

“A “Dona Ilza” é muito querida e pessoa de grande valor. Aqui todos conhecem a sua história”.

Perguntados se ajudariam ao Centro Comunitário se este precisasse, responderam que ajudariam sim, mas não em dinheiro, pois nem a Associação tem dinheiro para construir uma sede.

b) com relação a C.M.N. – Unidade Casa dos Anjos

Os entrevistados “ouviram falar” da inauguração da entidade, mas disseram não terem sido convidados. Parece-lhes que esta instituição já não precisa de tanta ajuda, pois tem uma

“casa grande e bonita” para as crianças.

Para eles, assim como o “Sopão” todas estas entidades devem ser respeitadas, e “... quanto mais melhor, né !? A criançada tá precisada de muita coisa ” frisa o Sr. Geraldo.

2. A Escola Estadual “Ruy Rodrigues”

Entrevistamos a diretora, Sra Maria Amires, que vai completar três anos na direção da escola. Ela nos disse que a escola tem um índice de evasão pequeno e uma população heterogênea : “ *Há ricos e pobres aqui na escola* ” .

O uso de drogas dentro e fora da escola, principalmente no período da noite é traumático. A participação da comunidade na escola dificilmente acontece, pois muitos pais trabalham e outros sequer se interessam com a escolarização dos filhos.

Não quis se manifestar sobre o afastamento e sucateamento do aparelho estatal nas funções de bem-estar social, como na saúde e educação. Para ela esta discussão é muito longa e não lhe cabe responder, deve continuar a trabalhar e só.

Após ouvir nossa explicação do trabalho das ONGs pesquisadas, disse que este serviço era importante, e completou com uma ideia já expressa neste trabalho, pela Dona Ilza: “*só de tirar da rua já é bom*”.

a) com relação ao Centro Comunitário

A diretora da escola desconhece o Centro (que está a mais de 10 anos no bairro !!!). Quando falamos do “Sopão” diz ter se lembrado mas, mesmo assim, não sabe exatamente o que fazem lá.

Também não sabe se crianças que frequentam a escola que dirige vão ao Centro Comunitário. Assim, nada pronunciou ou pôde pronunciar sobre a proposta educativa em ação naquela entidade.

b) com relação a C. M.N. – Unidade Casa dos Anjos

Bem mais próxima da escola, a diretora afirmou ter um contato maior com esta ONG, por meio de sua coordenadora..

Quanto a proposta educativa, a diretora não nos disse muito, só afirmou : *“parece que estão indo bem.”*. Esteve por duas vezes na ONG (na inauguração e numa peça teatral) e achou muito bonita e limpa a sede.

Perguntada sobre o desempenho escolar das crianças que participavam na “Casa dos Anjos”, a diretora afirmou ter ciência, pelas professoras, da melhora em comportamento e desempenho escolar destas crianças.

Para a diretora, existe uma ligação entre a escola e a ONG: no ingresso e reingresso das crianças, bem como no acompanhamento escolar que a ONG parece cumprir. Ela costuma indicar aos pais a Casa dos Anjos, e levar à coordenadora da “Casa” qualquer problema maior que ocorra com as crianças de lá, no ambiente escolar.

3. Creche Municipal - CEMEI Dr. Rui de Almeida Barbosa

A creche atende aos moradores do Parque Itajai I e II, Liza, Liliza e Parque Floresta. E, como não tem a mesma clientela das ONGs pesquisadas, a diretoria da creche não chegou a manter contato com nenhuma das organizações até o momento.

Instalada há dois anos no bairro já estão com capacidade de atendimento esgotada.

4. Igrejas ou Agremiações Religiosas no bairro

4.1– Católica – Não há paróquia no bairro, e sim uma comunidade católica, cujas celebrações acontecem no pátio da escola estadual.. Por não ter sede própria, guia espiritual que resida no bairro (padre), ou algum representante leigo de expressão, nos foi impossível recolher algum parecer deste grupo sobre as ONGs.

4.2 – Evangélicos – Várias residências são utilizadas como local de oração, mas não há um templo de maior expressão. Sem sucesso tentamos falar com dois pastores indicados por populares, mas nenhum foi encontrado.

4.3 - Protestantes – Nesta investida obtivemos sucesso ao sermos atendidos pelo pastor de uma comunidade da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

Relação com o Centro Comunitário e Casa Maria de Nazaré

Residindo há três anos no bairro, o pastor conhece o Centro Comunitário como “Sopão” e a Casa Maria de Nazaré superficialmente pois está última: *“recém chegou no bairro !!”*.

O contato mantido com as “crianças do Sopão”, mostraram que as crianças só iam lá para receber leite e alimentos. Tempos depois, quando o C.C. não distribuía mais leite as crianças pararam de frequentar o núcleo.

A comunidade queria fazer um trabalho de educação religiosa no Centro Comunitário, mas não se acertaram com os dirigentes.

O pastor está ciente que os educadores do C.C. é voluntário e não têm nível técnico, o que vê como negativo: *“como eles vão ensinar se nada sabem !?”*.

A comunidade presbiteriana do bairro também pensou em implantar um trabalho de acompanhamento escolar em parceria com o núcleo, só que os principais agentes voltaram a trabalhar e questões financeiras também não deixaram o projeto acontecer.

Perguntado sobre a política social do Estado, o aparecimento e o crescimento das ONGs em ações sociais, o pastor se manifestou contrário ao controle total do Estado, pois este faz uso do poder para manipular politicamente. As não governamentais são bem vindas, e se há necessidade de recursos o Estado não deveria ser responsável por este repasse. O Estado já tem um *“esquema viciado”*.

5 . A Fundação FEAC

Como as duas ONGs são filiadas à FEAC, e esta federação é de fato importante para o universo das ONGs de Campinas, incluiremos um pequeno histórico da entidade e o parecer de duas profissionais, que lá prestam serviços, e fazem assessoria às ONGs pesquisadas.

*“Campinas pode se considerar uma cidade privilegiada em termos de promoção social. Além de uma centena de entidades que cuidam de crianças, idosos, deficientes, famílias pobres, a cidade conta com a Fundação FEAC – um ponto de apoio e ao mesmo tempo uma alavanca que potencializa os esforços da comunidade e das entidades assistenciais”*²⁵

A Fundação FEAC (Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – Fundação Odila e & Lafayette Álvaro) é uma instituição não-governamental, sem fins lucrativos, administrada por uma Diretoria Executiva, com a supervisão de um Conselho Curador e de um Juiz Curador de Fundações. Completou 35 anos de atividades, em abril de 99, totalmente direcionadas para promoção de ações sociais na cidade de Campinas/SP.

Em março do mesmo ano completou 97 entidades filiadas, atuando nos mais diferentes setores da ação social, como creches, centros comunitários, abrigos para crianças e adolescentes em situação de risco, organizações de defesa dos portadores de necessidades especiais, de saúde mental, de prevenção e combate à AIDS, ao câncer e outras doenças, e também de proteção à idosos.

No geral cerca de 15 mil pessoas são beneficiadas diretamente, todos os meses, com os serviços prestados pelas entidades filiadas à FEAC, além de outras 30 mil indiretamente. São 56 mil pessoas beneficiadas, ou aproximadamente 30% da população de baixa renda da cidade de Campinas.

Um pouco de sua história

A FEAC nasceu em 1964, da união de duas iniciativas que se associaram para

²⁵ Epígrafe de abertura do site da FEAC. <http://www.feac.org.br/oque.htm>

promover a solidariedade e o aprimoramento constante dos serviços e iniciativa de ação social na cidade.

Em 1958 o casal Odila e Lafayette Álvaro criou uma fundação com o objetivo básico de promover o bem estar das crianças das famílias de baixa renda. Em abril de 1964, o patrimônio da Fundação – basicamente a Fazenda Vila Brandina – foi doado à Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC), que acabava de ser fundada, como fruto da mobilização.

Nasceu do esforço de outras pessoas como, de Darcy Paz de Pádua e Eduardo Barros Pimentel, na época, executivo de uma grande empresa e que começou a ter contato com os trabalhos sociais como membro do Rotary Club. Barros Pimentel buscou em iniciativas como o Fundo Unido e a Caixa Comunitária, desenvolvidas nos Estados Unidos para incentivar a promoção social, a inspiração para organizar uma instituição em Campinas.

Sua proposta de trabalho

As entidades assistenciais são fundadas para cumprir uma missão especial. Em geral, carentes de recursos financeiros e humanos, elas têm que se estruturar para atender também exigências burocráticas e legais, como já pudemos ver. Usualmente há dispersão de energia e recursos para se montar uma organização.

A Fundação FEAC, através de seus profissionais, tem por objetivo “liberar” as entidades destes encargos (recursos financeiros, técnicos, burocracia, etc.), assumindo suas rotinas contábeis, administrativas e trabalhistas, prestando assessoria em planejamento e projetos da área social, assessoria jurídica e de comunicação.

Dessa forma a entidade concentrará esforços no seu objetivo social. A FEAC disponibiliza: treinamento de pessoal e serviços técnicos especializados, como psicologia, pedagogia, serviço social, economia doméstica e educação artística. Além do apoio técnico, as entidades recebem recursos financeiros através de convênios, anuais ou por projetos.

A Fundação também participa de projetos que geram recursos permanentes para as entidades e ao mesmo tempo atendem à necessidade de profissionalização. É o caso de oficinas, padarias, cozinhas industriais.

O público alvo prioritário durante os 35 anos seriam e foram as crianças e adolescentes. Este público foi escolhido em 1964, por uma pesquisa que apontou o menor abandonado, a mendicância e a habitação como os problemas sociais mais gritantes na cidade de Campinas.

Infelizmente, 35 anos depois, estes temas ainda são inquietantes. Com certeza a exclusão tem crescido em proporção muito maior do que estes programas possam atender.

Entrevistamos em Outubro/98 as pedagoga e a assistente social que atendem ao Centro Comunitário e a Casa dos Anjos, veja abaixo algumas falas destas profissionais:

“A nossa função é fazer com que as entidades repensem um pouco a proposta sócio-educativa, ajudar a construir esta proposta e fazer uma reflexão da ação da entidade na prática que eles têm com a criança” (Pedagoga).

Sobre a constante falta de profissionais da educação nas ONGs em geral:

“É constante isto acontecer, eu acho que é meio um dado histórico, a questão do assistencialismo conta, mas o financeiro também. Como se tem que trabalhar com a família, você tem um assistente social. Supõe-se que o pedagogo não trabalhe com a família. É uma coisa que tende a mudar (...) tem entidade já contratando cada profissional por meio-período” (Pedagoga).

“É uma questão que está mudando. Pedagoga e Assistente Social são necessárias igualmente numa ONG” (Assistente Social).

Sobre a presença e trabalho dos voluntários nas ONGs em geral:

“... tem toda uma dinâmica de tratar o voluntário, porque o trabalho do voluntário tem de ser conseqüente, coerente com o projeto da entidade (...) tem que ser voluntário que participe de reuniões, que ajude a entidade a encontrar novos

caminhos, não só aquele voluntário que vai lá, faz uma prática e vai embora”- (Pedagoga).

“Pessoalmente acho favorável, só que eu acho que o voluntário culturalmente no Brasil, ainda não é preparado para desenvolver a função de voluntário. Aqui na FEAC nós temos um departamento para tratar do trabalho voluntário (...) para que ele possa assumir efetivamente este papel” (Assistente Social).

a) Sobre o Centro Comunitário

“Tem muito a crescer, eles têm bastante dificuldade financeira e estrutural. Mas conta com pessoas muito esforçadas” (Pedagoga).

“De fato, a Dona Ilza é a alma do Centro Comunitário mas acredito que eles precisam de muita ajuda para chegar lá. Vontade não falta. Outro dia fui ver uma peça deles maravilhosa. Tem muita gente de talento lá dentro”. (Assistente Social).

b) Sobre a C.M.N. – Unidade Casa dos Anjos

“ Já está bem estruturada. Eu não vi o projeto do ano que vem, mas tenho a impressão que já estão bem encaminhados. Têm uma sede própria muito boa” (Pedagoga).

“A Dona M. sempre veio nas reuniões e se mostrou muito capaz. A sua coordenadora também parece ser ótima profissional. A mudança foi muito boa e o trabalho tende a melhorar” (Assistente Social).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Afonso (1992), a Educação Não Formal se caracteriza por possibilitar a transformação social, dando condições aos sujeitos que participam desse processo de interferirem na história, refletindo sobre ela, questionando-a, mudando-a e transformando-a para atingir um fim. De acordo com o autor os espaços de educação não-formal deverão apresentar algumas características, sob as quais começaremos a análise do trabalho das ONGs pesquisadas, Casa Maria de Nazaré – **Unidade Casa dos Anjos e Centro Comunitário da Criança do Parque Itajai I e Região**, não só enquanto núcleos no qual se configura a Educação Não-Formal, mas como ONGs que são.

Apresentar um caráter voluntário: as duas ONGs foram criadas por forças voluntárias. Ambas têm voluntários em atuação. A grande diferença é que no Centro Comunitário o voluntário faz parte da equipe de frente, está muito mais ativo, participando inclusive no trato direto com as crianças, o que de fato revela um grau de participação maior que o da Casa Maria de Nazaré, onde os voluntários só se envolvem na organização de promoções. Por conseguinte, temos no C.C. uma administração mais aberta à colaboração voluntária, seja ela qual for.

Promover sobretudo a socialização: os projetos sócio-educativos parecem estar no caminho da socialização. Muito embora não tenha realizado análise do projeto da C.M.N., enquanto documento apresentado à Secretaria Municipal, as observações apontam para um processo de socialização que nas duas ONGs busca instrumentalizar o usuário para melhor enfrentar o cotidiano em que vive. Com relação à outras instituições, o Centro Comunitário sai na frente quando coloca seu trabalho à disposição dos pesquisadores e teóricos das universidades. Socializa o conhecimento, quer realizar a troca, divergindo da Casa Maria de Nazaré, onde acreditamos que a “onipresença e oniciência” da presidente da entidade será um entrave constante à socialização da ONG.

Promover e visar a solidariedade: ambos têm e vivem esta preocupação. Sabem da realidade de sua clientela, cada uma a seu modo busca a ajuda de outros atores para tentar

melhorar o cotidiano dos usuários. O projeto sócio-educativo vem atender às preocupações dos familiares e prestar importante serviço para as crianças.

Visar o desenvolvimento; as ONGs não estão paradas. Reformas, admissão de técnicos, projetos em parceria, Casa Maria de Nazaré e Centro Comunitário estão ativamente sobrevivendo e tentando vencer os obstáculos, principalmente os financeiros. A criança é entendida como um ser integral que traz e gera conhecimento, tem fomes a serem saciadas, fome de comida, carinho, roupa, lazer, educação, conhecimento, etc. Visar o desenvolvimento destas crianças é trabalhar em todas estas frentes. Pela infraestrutura a Casa Maria de Nazaré parece estar mais apta a gerar desenvolvimento.

Preocupar-se essencialmente com a mudança social; aqui ficamos em dúvida pela Casa Maria de Nazaré, onde o sonho da presidente parece obscurecer um pedido de transformação social da clientela. Nestes tempos de economia globalizada e revolução pela informatização, o desejo de ensinar a crianças da zona urbana, o plantio e trato de jardins como fonte de renda futura, é no mínimo ingênuo e no máximo alienado, pois por trás deste “sonho” pode estar um arraigado preconceito social para com aquelas crianças que já não gozam de boas condições de vida no presente. Pensar ‘pobre’ para o pobre? A presidente da Casa Maria de Nazaré talvez pense assim. “É tradicional a crença de que o indivíduo pobre não é como o restante de nós. Tal crença afetou a elaboração dos programas de educação compensatória, sobretudo através da tese de ‘cultura da pobreza’, na qual a reprodução da pobreza de uma geração para outra era atribuída às adaptações culturais do indivíduo pobre às suas circunstâncias” (Lewis, 1968, p. 47-59).

Aspirar a um futuro digno e maravilhoso para estas crianças é uma utopia que sem dúvida deve: reger a proposta de uma ONG que deseja ver a mudança, e estar presente no trabalho dos educadores sociais. Daí o valor maior do Centro Comunitário, onde os educadores foram primeiro voluntários e só agora são remunerados. Para acreditar no projeto, à que se acreditar também em si como meio de ação. Este dado positivo não pode “enxergar” nas educadoras da Casa Maria de Nazaré, que parecem imbuidas, cada qual, em seu projeto pessoal, sem pensar o todo.

Serem pouco formalizadas e pouco hierarquizadas, e ser por natureza formas de participação descentralizadas; a Casa Maria de Nazaré não inspira estes aspectos, pois a presidente é muito centralizadora e parece não aceitar a participação, ultrapassando sua hierarquia. Em contrapartida o Centro Comunitário tem na presidência uma senhora de mais fácil contato, que trabalha as adversidades com os diversos atores que participam do trabalho. Há divisão de poder no Centro Comunitário e centralização do poder na Casa Maria de Nazaré.

Favorecer a participação e Proporcionar a investigação-ação e projetos de desenvolvimento: nas duas entidades o público alvo (crianças de 7 a 14 anos) tem um entrave à participação: estar frequentando a escola, o que pode deixar algumas crianças fora da proposta de trabalho. Mas, de forma geral, acredito que as duas ONGs trabalhem bem com estes casos, seja atendendo até o reingresso na escola, seja providenciando a matrícula escolar do novo usuário. Falta às duas, estabelecer contato entre si (não existe nenhum!) e otimizar esta ligação com os outros órgãos do Estado, em principal, precisam se mostrar a comunidade, pois as duas são pouco conhecidas pela população do bairro. Festas, campanhas, comemorações podem semear esta conhecimento e participação.

A Casa Maria de Nazaré parece estar mais atenta aos seus profissionais e clientela, quando estabelece horário para a elaboração de projetos, e cobra das professoras uma dedicação total, mas retrocede brutalmente neste caminho, quando nega acesso de outros profissionais para a investigação-ação da proposta da ONG. É uma entidade fechada sobre os seus profissionais, sobre os seus recursos e projetos.

Enquanto representantes do Terceiro Setor, estas ONGs são **caritativas** (conforme Gohn; 1997) e vêm cumprindo seu papel em atender a demanda da população de baixa renda. Muito embora uma tenha nascido da demanda e na população e a outra tenha vindo por implantação de uma ação que já se realizava em outro lugar (com muitas reformulações na unidade pesquisada), juntas atendem, diariamente, 430 crianças.

Nas falas das crianças é expresso o valor das ações propostas. Com todas as limitações de espaço, material pedagógico e formação dos educadores, a clientela do Centro Comunitário

deixou claro o grande valor da ação sócio-educativa para eles. Na unidade Casa dos Anjos (C.M.N.), a fala dos usuários não foi diferente.

“É melhor vir aqui que na escola. Eles ajudam a gente nas tarefas e sempre vão saber da gente lá com o diretor e a professora” (J., 12).- Centro Comunitário

“Antes eu brigava muito com minhas irmãs agora eu me dou melhor com elas” (A., 11). - Casa dos Anjos

“Minha mãe acha muito importante eu vir aqui, porque quando eu tiver 14 anos a Dona Ilza vai poder me mandar para algum curso” (P., 13). -- Centro Comunitário

“Eu sou muito feliz aqui. Aqui sou muito bem tratada.”(J., 12) – Casa dos Anjos

“Aqui é mais seguro e tranquilo, por isso minha família gosta que eu venha aqui. A gente tá mais tranquilo aqui que na escola” (J., 7). - Centro Comunitário

“Ficar aqui é muito jóia, muito melhor que ficar na escola e em casa. A comida é boa e eu adoro capoeira”(C., 12). – Casa dos Anjos

“Eu aprendo mais aqui do que na escola” (J.M. 8). – Centro Comunitário

Uma função social que seria a liberação de mão-de-obra, assim como nas creches (Gohn, 1988), não pode ser aplicada no caso destas ONGs pesquisadas. Muitas crianças têm companhia de adultos em suas casas, o que não lhes garante proteção e bons tratos. A baixa escolaridade e a baixa estima desta companhia adulta é outro fator que impulsiona a família a

procurar as ONGs. “*Aqui eles ensinam meu filho coisas que eu não sei. Eles ensinam a ficar mais educado.*” (G., 32). Podemos supor que o fenômeno de transferência de responsabilidade educacional da família (esfera privada) para as instituições educacionais (ONG, esfera “pública”), não está restrita a uma classe social. Escolas que atendem a classe média e alta já têm registrado esta problemática.

Os pais e responsáveis sentem-se incapazes na educação de suas crianças e adolescentes. A rua tornou-se perigosa demais e nem por isso menos atrativa. Quando a criança está no núcleo, eles sabem que ela está bem mais segura do que em casa.

“Para os pais, a escola aparece como espaço de aprendizado da norma e da disciplina, que manteria as crianças distantes do mundo da rua. Eles a valorizam não tanto por causa da aquisição de conhecimentos da cultura dominante (embora a considerem importante), mas, principalmente, por seu papel disciplinador”. Gouvea, (1993) fez a consideração anterior quando pesquisou o processo de socialização da criança de favela. Para a população aqui investigada, podemos ampliar a mesma consideração ao espaço e trabalho da ONG, quando os pais não se preocupam com o teor das atividades do núcleo e sentem-se aliviados pela segurança que representa o núcleo, incluímos aqui uma preocupação precoce com o ingresso da criança/ adolescente no mercado de trabalho. A “profissionalização” antecipada foi comentada pelas crianças e responsáveis, nos fazendo pensar que a liberação da mão-de-obra feminina não pode ser a causa da procura pelas entidades porque não é mais o suficiente para a melhoria das condições sócio-econômicas da família, crianças e adolescentes estão se integrando ao trabalho remunerado seja como for, o quanto antes possível para ajudar na economia doméstica.

Não podemos negar que a construção da cidadania acontece nas duas organizações. Mas a cidadania coletiva, da qual nos fala Gohn (1997) constitui novos sujeitos históricos, se constrói no cotidiano e através de um processo de identidade político-cultural que as próprias lutas geram, nestes termos, toda a história do Centro Comunitário é permeada pela construção de uma cidadania coletiva: é transformadora da sociedade onde está inserida, nasceu na população desvalida, excluída do poder de decisão e para esta população trabalha. A equipe da

Dona Ilza foi a luta, conseguiu parcerias, firmou convênios, sua ação já transformou em primeiro os voluntários, exemplo de N., educadora que voltou a estudar e de R., serviços gerais que andava embriagada pelo bairro e agora, trabalha no Centro Comunitário e sustenta seus filhos.

As micro transformações vêm acontecendo nas pessoas, esta ampliação para as crianças, é um caminho que tende a ocorrer. Portanto, transformadora sim, com poucas qualificações, mas muita possibilidade de crescimento se receber investimentos na formação dos profissionais e na construção de um prédio novo.

Quanto a unidade Casa dos Anjos, é mais difícil enxergá-la como transformadora, pois ainda está impresso no trabalho uma proposta de baixo para cima; das senhoras católicas às crianças pobres. A proposta sócio-pedagógica é o que poderá modificar este futuro. Os educadores ainda não estão envolvidos com a realidade da clientela, estão sob um verniz educativo do que os recursos materiais podem oferecer. Ainda assim, tende a se superar pela preocupação em bem atender, e pelo esforço pessoal da coordenadora da entidade.

Programas com um alvo específico, não importa quão bem projetados e cheios de vitalidade, só terão perspectivas de obter maiores efeitos na trama sócio-econômica, quando determinarem ações que visem a justiça social pela educação.

O papel da FEAC nas duas instituições foi parecido. Acreditamos que os recursos tenham sido maiores à Casa Maria de Nazaré, pelo projeto de construção em etapa final. A assessoria dos técnicos nunca deixou de acontecer. Agora, os técnicos não vão mais se deslocar da FEAC à entidade filiada. *“Para este próximo ano, nós vamos trabalhar mais a nível de projeto, a nível de comunidade. Nós já temos previstos uma série de projetos nesta linha, saindo um pouco pra fora das entidades, trabalhar em outras parcerias, como PUCC, Unicamp, a nível de projetos mais macros que tenham uma atenção maior na comunidade.”* é o que antecipou a assistente social da FEAC, em novembro de 1998.

De fato, Dona Ilza já não está recebendo mais as visitas da assistente social e da pedagoga. Para a Casa dos Anjos isto pode não influenciar em nada, mas eu temo o contrário para o Centro Comunitário, onde os educadores têm pouca formação na área.

O diagnóstico de pobreza e os desafios para as ONGs, sejam os citados por Salamon (legitimidade, eficiência, sustentabilidade e colaboração) ou outros mais, não estão longínquos para as duas ONGs. Se o Centro Comunitário não conseguir recursos para administrar suas carências, fatalmente deverá encerrar suas atividades. Para o pesquisador Manuel Castells²⁶, vivemos numa era de superdesenvolvimento social e institucional. Se não mudamos, como pessoas e como sociedade, nosso extraordinário potencial tecnológico pode se converter em fonte de auto-destruição, ou seja, se a tecnologia formulada e a riqueza acumulada não for distribuída, não teremos do que nos orgulhar em pouco tempo. Estamos vivendo um processo de divisão de miserabilidade. As instituições devem cumprir um papel de geradores e distribuidores de conhecimento, riqueza. A sociedade deve cobrar e exercer este papel.

Estamos certos de não poder acreditar que as ONGs representem a solução das populações de baixa renda, seja por não conhecer todas as ONGs em seus traços mais particulares, seja por estar abrindo caminho e aceitando facilmente o afastamento do Estado. Conforme Giddens, (op. cit.) “Há os novos riscos associados ao mundo globalizado e também os riscos mais antigos – àqueles associados à falta de saneamento, à falta de educação adequada, à falta de atendimento de saúde. O Estado de Bem Estar Social tende a proteger o cidadão deste segundo tipo de risco”. Esta resolução tem de ser discutida, reivindicada, não numa queda de braço, é nas palavras, é pelo mundo das idéias, os novos riscos não podem ser resolvidos sem a dissolução dos problemas anteriores.

A realização desta pesquisa nos permite dizer que uma ONG pode ser assistencialista, pode ser transformadora ou reformadora da sociedade, mas muito ou quase tudo depende de sua proposta, de seu projeto, ideologias. Estes elementos dependem ainda daqueles que o originaram e estão envolvidos no trabalho. São os diversos atores sociais que vão definir a validade da proposta sócio-educativa que se disser transformadora, solidária. De fato, as ONGs vêm responder à um processo de mudança social, são flexionadas pelo Estado, pelo setor privado e por si mesmas a tomar atitudes. Mas sua existência, em si mesma, não garante a natureza e a qualidade do serviço oferecido.

²⁶ Pesquisador espanhol, autor de “Era da Informação”, Editora Paz e Terra em entrevista no Jornal Folha de São

Estamos certos que cada passo dado pelas ONGs, avança-se para um novo universo, incompleto, indefinido. A riqueza deste novo universo, que borbulha em falas de sociólogos, economistas e tantos outros teóricos continuará permeando muitos outros trabalhos, teorias e práticas de nossa época conturbada e pontilhada de incertezas.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Almerindo J. A sociologia da educação não-escolar: Reactualizar um objeto ou construir uma nova problemática ? In ESTEVES, Antonio Joaquim e STOER, Stephen (orgs) **A sociologia na escola, professores, educação e desenvolvimento**. Biblioteca das Ciências do Homem. Ed. Afrontamento-Porto, 1992
- AVELAR, Lúcia. Clientelismo de Estado e política educacional brasileira. *Educação & Sociedade*, Ano XVII, nº 54, p. 34-49, Janeiro/1996
- BAILEY, M. & LANDIM, Leilah. **Agências internacionais não governamentais de Desenvolvimento atuando no Brasil**. [online] Disponível na Internet: URL: http://www.rits.org.br/acervo/acervo_pesquisa_detalle
- BARBOSA, Maria Nazaré Lins. **Identidade do terceiro setor e sua relação com o Estado: agenda para a reforma legal** [online] Disponível na Internet: URL: <http://www.rits.org.br>
- BAVA, Silvio Caccia. As ONGS e as políticas públicas na construção do Estado Democrático. *Tecnologia Educacional*, v.23 (126), p. 10-13, Set/Out. 1995
- CAMPOS, Maria M. Malta. As organizações não governamentais e a educação pré-escolar. *Cadernos de Pesquisa*, nº 67, p. 17-22, nov. 1988

CLARA Ant. et al ; KOWARICK, Lúcio (coord.) **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. O lugar da educação na política de atendimento à criança e ao adolescente. **Tecnologia Educacional**, v.22, p. 3-6, Jan/Fev. 1995

DELLEUZE, B. A filantropia na educação. **Revista Educação & Sociedade**, nº 42, 1992

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Os atores da mobilização por creches e pré-escolas comunitárias. **Educação & Sociedade**, Ano XVI, nº 52, p. 504-513, Dez/95

GERMANO, José Willington. Cidadania negada : a educação como instrumento de combate à pobreza no Brasil. **Educação & Sociedade**, Ano XVI, nº 52, p. 584-589, Dez/95

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**, Petrópolis, Vozes, 1985

(1992) **Movimentos sociais e educação.** São Paulo,

Cortez, v.5, Coleção Questões da Nossa Época

GOHN, Maria da Glória Marcondes (1995) **História dos movimentos e lutas sociais.** São Paulo, Loyola.

(1997) **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização.** São Paulo, Cortez.

(1999) **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** São Paulo, Cortez, v. 71. Coleção Questões da Nossa Época

GOUVEA, Maria Cristina Soares. A criança de favela em seu mundo de cultura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 86, p. 48-54, Ago/1993

RIFKIN, Jeremy. "Identidade e natureza do terceiro setor" In: IOSHPE, Evelyn Berg (org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado.** Paz e Terra, 1997

SALAMON, Lester. "Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor" In: IOSHPE, Evelyn Berg (org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado.** Paz e Terra, 1997

SIMSON, Olga R. M. **O menor, a educação não-escolar e a cultura popular: experiências recentes no Estado de São Paulo.** (mimeo)

TELLES, Vera. In: SCHERER- WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo, 2ª edição, Loyola, 1993

TORO, José Bernardo. "O papel do terceiro setor em sociedades de baixa participação".
In: " In: IOSHPE, Evelyn Berg (org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado.**
Paz e Terra, 1997

VERHELST, Thierry. G. **Des Racines pour Vivre**, Editions Duculot, Paris, 1987 –
Crítica poderosa da cegueira cultural das ONGs, baseada em extensa experiência de
campo na Ásia, África e América Latina.

JORNAIS

Casa Maria de Nazaré inaugura nova unidade. *Jornal da FEAC*, Ano 5, nº 13, Ago/1998

Filantropia e transparência. *Folha de São Paulo*, 18-05-99, p.3, c. 1

Trajédia social . *Folha de São Paulo*, 17-05-99, p.3, c.1

Giddens rejeita a brasilização. *Folha de São Paulo*, 23-05-99, p. 6 c.5

A revolução de um mundo ligado. *Folha de São Paulo*, 23-05-99, p.9, c.5

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS (via Internet)

As mazelas do século 20, os desafios para o século 21. Disponível na Internet: URL: <http://www.feac.org.br/ibero/art2.htm>

A busca de um novo Contrato Social para o século XXI. Disponível na Internet: URL: <http://www.feac.org.br/ibero/ba5.html>

Terceiro Setor e século 21: metas para um novo Contrato Social. Disponível na Internet: URL: <http://www.feac.org.br/ibero/ba3.html>

FEAC o que é. Disponível na Internet: URL: <http://www.feac.org.br/oquee.htm>

FEAC completa 35 anos de olho no futuro. Disponível na Internet. URL: <http://www.feac.org.br/35anos.html>

Centro Comunitário da Criança

Entidade de utilidade pública sem fins lucrativos Pq. Itajaí I

Ano 2 No. 2 jan/fev/mar.99

Tiragem 500 exemplares

NOSSA OPINIÃO

Nova Esperança para um Novo Ano

Encerramos 1998 com muita luta e muitas conquistas.

Queremos agradecer à todos que, confiando na seriedade de nosso trabalho, se tornaram nossos parceiros através de trabalho voluntário, contribuição financeira ou doação em gêneros.

Sem o apoio destas pessoas e empresas e da comunidade, os problemas teriam um peso muito maior.

O nosso desafio para 99 é muito grande já que as necessidades de nossa comunidade não param de crescer e, neste ano, serão ainda maiores.

Mesmo assim, a esperança de poder cumprir o nosso importante papel segue conosco, pois sabemos que poderemos contar com o apoio e a colaboração de pessoas e empresários e de toda a comunidade do Pq. Itajaí e região.

A Diretoria

Nesta edição

- Um balanço de 1998: Missão Cumprida fl.2
- 1999: novos projetos para a comunidade fl.3
- Ajudando a Ajudar: o Trabalho Voluntário fl.3
- Nossos Parceiros: transformando sonho em realidade. fl.4
- Uma o útil ao agradável: contribua e deduza do Imposto de Renda fl.4

Espaço reservado para a Parceria de sua empresa.

Entre em contato conosco e saiba como seu nome pode estar aqui.

POR DENTRO DO CENTRO COMUNITÁRIO I



1998 - Missão Cumprida

A pesar dos inúmeros problemas e sacrifícios, em 1998 conseguimos atingir nossos objetivos: atender a comunidade, em especial nossas crianças e suas famílias, na maioria de suas necessidades.

SERVIÇOS PRESTADOS

- ☞ atendimento às crianças e adolescentes (7 à 14 anos):
 - encaminhamento à emprego
 - atividades esportivas e sócio-culturais no SESI
 - encenação da peça teatral "A Vida nas Ruas"
 - atendimento médico
 - festas comemorativas
- ☞ curso de corte e costura
- ☞ auxílio à gestantes e idosos
- ☞ atendimento oftalmológico gratuito
- ☞ oficina de costura (produção de lingerie e roupas)
- ☞ bazar de roupas
- ☞ distribuição de frutas e legumes às famílias



NOSSOS NÚMEROS

220 crianças/dia

7000 refeições/mês

20 adolescentes

com trabalho

1500 consultas
oftalmológicas

60 famílias

recebem legumes

36 mulheres no curso

de corte e costura

Centro Comunitário da Criança
Pq. Itajaí I

Presidente: Ilza Cardoso Barbosa
Rua Pe. Josino M. Tavares, 164
13059-690 Campinas SP
Telefone (019) 261 2403

CGC 00.099.339/0001-97
Utilidade Pública Municipal - Lei 8267
de 09.01.1995

PROPAGANDA

Informativo Centro
Comunitário da Criança - Pq.
Itajaí I é uma publicação que visa
divulgar as atividades da entidade à
comunidade e à seus parceiros.

POR DENTRO DO CENTRO COMUNITÁRIO II



E em 1999 tem mais...

- ... a esperança de construção da nova sede: mais espaço para um atendimento de melhor qualidade.
- ... aulas de 1a. à 4a. Série para adultos em nossa sede: 26 pessoas conquistando o direito à educação.
- ... e muito mais: outros projetos em estudo que somente poderão ocorrer com a participação e apoio da comunidade.

Aguarde a divulgação!

ESPAÇO DO VOLUNTÁRIO



Ajudar a ajudar: este é o trabalho do Voluntário!

Tão importante quanto a doação em dinheiro, o trabalho Voluntário é uma das formas de auxílio à comunidade.

Sem remuneração, o Voluntário coloca à disposição seu tempo, seus recursos e seus conhecimentos, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e com menos discriminação.

Toda pessoa pode ser Voluntária.
Nós precisamos de muitos!
Venha trabalhar Conosco

*Reserve algumas horas na semana
e nos ligue (019) 261 2403.*

Trabalho Voluntário:

Ganha quem é ajudado. Ganha quem ajuda.

*São 8 voluntários
que nos auxiliam:*

- na cozinha
- na administração
- em serviços gerais
- na diretoria

LEGISLAÇÃO E ATUALIDADES



O útil ao agradável: contribuição e dedução do IR

Sua contribuição ao Centro Comunitário da Criança volta à você de duas formas: ➔ melhor atendimento às crianças e famílias
➔ dedução do Imposto de Renda devido

Conforme Lei Federal, toda doação deve ser feita ao **Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (FMDCA)** de Campinas, que coordena a distribuição dos recursos e a execução de projetos.

Entre em contato
com o FMDCA
Fone 735 0431
ou
fale conosco
Fone 261 2403

VEJA AS DEDUÇÕES

Empresas:
até 1% sobre o
imposto devido,
sem adicional
Todo cidadão:
até 6% sobre cálculo
do imposto



LEMBRETE

Ao fazer a sua doação
indique seu desejo:
**RECURSOS AO CENTRO
COMUNITÁRIO DA
CRIANÇA - PQ. ITAJAÍ**

NOSSOS PARCEIROS



Estes são os parceiros que nos ajudam a tornar realidade o desejo de ver nossas crianças tratadas com seriedade e dignidade.

Alguns ainda estão conosco, outros contribuíram em um momento e já não contribuem mais.

Assoc. Funcionários Banespa,
Assoc. Funcionários Bco Brasil,
Dep. Federal Dr. Hélio,
Dep. Estadual Carlos Sampaio
Panificadora Adélia, Donald
Graber, José Augusto Feff, Zezé
Orsi, Robert Bosch/Henry,
Du Pont, Panificadora José
Maria, DRO 13, Cerâmicas
Tabual, Ceregatti e Massucci

MKM Cópias, Claudinei Santana,
FEAC, Colégio Ave Maria, Maiara
Pisos, Osvaldo Bortoletto,
Dr. Angelo A Gobbo, Paula Pila,
Varejões da Região, FMC Brasil,
Colégio Poli-Bento e outros que
serão citados em próximas
edições

*A Todos Vocês o nosso
Muito Obrigado!*

Seja nosso Parceiro!

Ligue (019) 261 2403

ANEXO Nº 2

Questionário às crianças do C.C.

Nome/ idade

Escola / série

Mora com os pais/familiares

1. Há quanto tempo vem ao C.C.?
() mais de um ano () até um ano () menos de seis meses
2. Porque vem ao C.C.?
3. O C.C. é igual a escola ?
4. As atividades que vc faz aqui lhe ajudam a “melhorar” na escola ?
5. O que sua família acha das atividades do núcleo ? São importantes ? Por que ?
6. Já participou de outra entidade ?

ANEXO Nº 3

Questionário aos familiares da criança que frequenta o C.C.:

Nome/ idade

Parentesco com criança usuária

Escolaridade/ Profissão

1. Quais os principais motivos da criança frequentar o C.C. ?
2. O nº de filhos que frequenta o C.C. ?
() um filho () de 2 a 3 filhos () de 4 a 5 filhos
3. O que é mais importante nas atividades do C.C. ?
4. O que é mais importante, das atividades do Centro Comunitário, para o futuro da criança ?

Centro Comunitário da Criança do Parque Itajaí I e Região

C. G. C. 00.099.339/0001-97 - Utilidade Pública - Lei Municipal 8267 de 09/01/1995

Rua Padre Josino M. Tavares, 164 - Parque Itajaí I - CEP 13059-690 - Campinas - Est. São Paulo

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE E PROGRAMAS DE ATIVIDADES 1998

I - Identificação

Nome da Entidade Executora:

Centro Comunitário da Criança do Pq. Itajaí e Região
Endereço: Rua Padre Josino M. Tavares nº 164
CEP. 13059-690 - Parque Itajaí I
Campinas - SP

II - Justificativa

O Centro Comunitário da Criança do Pq. Itajaí I e Região, localiza-se em uma área caracterizada por graves problemas sociais, apresentando alto índice de violência e criminalidade, além de uma falta muito grande de recursos sociais que atendam a essa população, prevenindo situações de risco e de marginalização.

O trabalho do Centro Comunitário da Criança do Pq. Itajaí e Região, justifica-se por atender a essa proposta realizando um atendimento e desenvolvendo um trabalho sócio-educativo que previne a marginalidade e contribui para a conquista plena da cidadania.

A capacidade de atendimento está limitada a um número adequado à sua estrutura física, o que fica muito a desejar na real necessidade do bairro e região no cumprimento desse importante papel social.

Centro Comunitário da Criança do Parque Itajaí I e Região

C. G. C. 00.099.339/0001-97 - Utilidade Pública - Lei Municipal 8267 de 09/01/1995

Rua Padre Josino M. Tavares, 164 - Parque Itajaí I - CEP 13059-690 - Campinas - Est. São Paulo

III- População Alvo

x Crianças e adolescentes prioritariamente do bairro e região, em idade de 07 a 14 anos, com frequência comprovada na rede regular de ensino.

Os critérios de admissão priorizam crianças e adolescentes de famílias de baixa renda e que apresentam necessidade de um atendimento sócio-educativo para desenvolver integralmente essa faixa da população.

x IV - Objetivo

Atender em regime de apoio sócio-educativo em meio aberto 200 crianças e adolescentes até dezembro de 1998, através do planejamento e execução de programas e projetos de proteção e atenção integral a essas crianças e adolescentes.

V - Recursos

(1) Humanos

O Centro Comunitário da Criança do Pq. Itajaí I e Região contará para o ano de 1.998, para execução de programas de trabalhos, com os seguintes recursos humanos:

- Uma Coordenadora;
- Quatro Educadores (Aux. desenvolvimento infantil);
- Duas Cozinheiras;
- Uma Ajudante de Cozinha
- Um Office-boy;
- Uma Zeladora.

Centro Comunitário da Criança do Parque Itajaí I e Região

C. G. C. 00.099.339/0001-97 - Utilidade Pública - Lei Municipal 8267 de 09/01/1995

Rua Padre Josino M. Tavares, 164 - Parque Itajaí I - CEP 13059-690 - Campinas - Est. São Paulo

(2) Materiais

A entidade desenvolve suas atividades em prédio próprio, 115 m, divididos em:

- Sala de recepção
- Consultório médico
- Salão de atividades e refeitório;
- Cozinha;
- Dispensa, depósitos e banheiros.

Os equipamentos e materiais de consumo provém de doações, o que de certa forma impede que sejam suficientes e atendam to da a demanda comprovada do público-alvo.

(3) Financeiros (Previsão orçamentária)

VI - Fontes de Recursos

A entidade têm as seguintes fontes de recursos:

- Convênio de dotação da FEAC
(Fund. Entidades Assistenciais de Campinas)
- = Verba do C.M.A.S
(Conselho Municipal de Assistência Social)
- Comitê Contra Fome (Alimentação e materiais de consumo)
Func. dos Bancos Brasil e Banespa

VII- Metodologia

X O trabalho do Centro Comunitário do Pq. Itajaí e Região será desenvolvido através do Projeto "Educar Cidadãos", que prevê e atende as crianças e adolescentes de 2ª a 6ª feira, com atividades sócio-educativas planejadas e executadas pela equipe responsável.

As atividades estarão baseadas em três eixos principais:

Centro Comunitário da Criança do Parque Itajaí I e Região

C. G. C. 00.099.339/0001-97 - Utilidade Pública - Lei Municipal 8267 de 09/01/1995

Rua Padre Josino M. Tavares, 164 - Parque Itajaí I - CEP 13059-690 - Campinas - Est. São Paulo

- 1- Comunicação
- 2- Criatividade
- 3- Expressão Corporal

Cada eixo terá leques de opções, tais como:

COMUNICAÇÃO: atividades com jornais, revistas, teatro, poesias, rimas entre outros;

CRIATIVIDADE: atividades com sucata (construção de jogos, fantazias, modelagem, desenhos, tecelagem, artesanato e outros).

EXPRESSÃO CORPORAL: atividades para aprimoramento das habilidades motoras, dramatização, ginástica, musicais, danças e outros.

As atividades comporão um cronograma semanal, e a distribuição das mesmas obedecerá as necessidades, diferenças e ritmo de cada um.

O Projeto Educar Cidadãos prevê a necessidades de integrar as crianças com a comunidade, escola e famílias, visando uma linha norteadora coerente com diretrizes e avaliações constantes. Sendo assim, teremos:

- Relações com a comunidade
- Promover durante todos os meses do ano:

PALESTRAS: sobre diversos assuntos como: DST/AIDS, transmissão de doenças infecciosas, relação em famílias, conheça seu filho, etc.

Bingos e festas como meio de integração Família X Comunidade X Centro Comunitário.

A integração com os demais recursos do bairro e região será feito através dos contatos com escolas, centros de saúde, núcleos da Prefeitura Municipal (Programa de Atenção Integral à Criança e Adolescentes), Projeto Casa Amarela, Senac, e outros que necessário para adequado desenvolvimento, dos objetivos da entidade.

Centro Comunitário da Criança do Parque Itajaí I e Região

C. G. C. 00.099.339/0001.97 - Utilidade Pública - Lei Municipal 8267 de 09/01/1995

Rua Padre Josino M. Tavares, 164 - Parque Itajaí I - CEP 13059-690 - Campinas - Est. São Paulo

As atividades esportivas são desenvolvidas através da participação no Programa Esporte Solidário, pela parceria SESI/FEAC, (Fundação de Entidades Assistenciais de Campinas), em que as crianças e adolescentes praticam esportes, e atividades de educação artística nas dependências do CAT JOÁ PENTEADO (SESI - Santos Dumont).

Os adolescentes que atingem a faixa etária de 14 anos são preferencialmente encaminhados à recursos da região (Projeto CASA AMARELA, CPFL, EMDEC, CORREIOS E TELÉGRAFOS E OUTROS) para garantia de continuidade da proposta sócio-educativa e preparação para o trabalho.

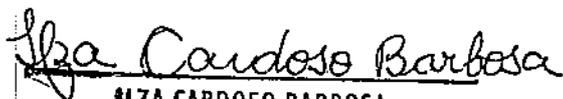
A qualidade do atendimento é garantida pela assessoria técnica dos profissionais da FEAC - Fundação de Entidades Assistenciais de Campinas nas áreas de: Serviço Social, Pedagogia e Nutrição, que acompanham e orientam o trabalho da entidade.

A assessoria da FEAC se estende ao monitoramento do Programa Esporte Solidário, e a entidade participa das reuniões de capacitação e treinamento.

VIII- AVALIAÇÃO

A avaliação do trabalho e da proposta sócio-educativa é realizada pela equipe responsável (coordenadora e educadores), conforme calendário mensal de avaliação e planejamento, em reuniões e instrumentais próprios.

A participação nos programas em parceria (SESI/FEAC) seguem as avaliações previstas por esses segmentos, nas quais a entidade participa.


ELZA CARDOSO BARBOSA
Presidente